



2017

Discursos do Presidente da Liga dos Combatentes

ÍNDICE

(Clicar com o rato na data para abrir o discurso pretendido)

- [07.03.2017](#) – Inauguração da Residência Sénior S. Nuno de Santa Maria
- [24.03.2017](#) – Aniversário do Comando Operacional
- [09.04.2017](#) – Dia Nacional do Combatente
- [22.04.2017](#) – Inauguração de Monumento em Homenagem aos Combatentes da freguesia de Muge
- [16.05.2017](#) – Lançamento do livro “Protocolo e Cerimonial Militar”
- [06.05.2017](#) – A participação do soldado português na Grande Guerra
- [23.05.2017](#) – Doboj-Bosnia Herzegovina
- [26.05.2017](#) – Colóquio – Novas Museologias – Coimbra
- [25.06.2017](#) – Cem Anos de Solidariedade, Honrando um Compromisso
- [11.11.2017](#) – 99.º Aniversário do Dia do Armistício da Grande Guerra, 43.º Aniversário do Fim da Guerra do Ultramar, 96.º Aniversário da Fundação da Liga dos Combatentes e Evocação do Centenário da Grande Guerra

INAUGURAÇÃO DA RESIDÊNCIA SÉNIOR S. NUNO DE SANTA MARIA, EM ESTREMOZ

7 de março de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional Dr. Marcos Perestrello; Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal de Estremoz, Luís Mourinha; Exmo. Senhor Dr. Luís Aires de Sousa, ilustre Secretário do Conselho Supremo da Liga em representação do seu Presidente; Exma. senhora Dra. Sónia Ramos, Diretora Distrital da Segurança Social de Évora; Exmo. Senhor Major Velez Correia anterior Presidente do Núcleo de Estremoz e atual Presidente do Conselho Fiscal Exmo. Senhor Sargento-mor Vítor Caldeira Presidente do Núcleo de Estremoz

Entidades Cívicas e Militares; Ilustres convidados; Minhas senhoras e meus senhores

As minhas primeiras palavras são de agradecimento pela visita do senhor SEDN Dr. Marco Perestrello à Residência S. Nuno de Santa Maria em Estremoz, órgão de apoio social da Liga dos Combatentes, materializando com essa visita, a inauguração oficial desta nova infraestrutura social de apoio a combatentes e famílias.

Embora ansiássemos há cerca de um ano que essa inauguração se fizesse, testemunhando com ela o apreço do governo pela obra realizada, afirmamos hoje, que talvez tenha sido agora o momento mais oportuno para o fazer.

De facto, abrindo as suas portas em novembro de 2015, com todas as legítimas dúvidas quanto ao futuro, é possível hoje afirmar que nos devemos sentir orgulhosos, por tudo quanto foi feito pela Liga dos Combatentes e o seu Núcleo de Estremoz, bem como pela Direção Técnica desta Residência, durante este ano decorrido e a reposta conseguida, não obstante os apoios oficiais esperados da segurança social, ainda não tenham atingido o previsto.

Ainda assim, uma gerência rigorosa permite-nos afirmar que não devemos nada a ninguém e temos ao longo de todo este ano uma gestão positiva.

Sucesso. Sucesso com dignidade. Profissionalismo. Profissionalismo com solidariedade e carinho. Acima de tudo dignidade e qualidade de vida garantida aos nossos utentes pelas instalações que usufruem e pelo dedicado e qualificado apoio de técnicos e funcionários.

Mais uma vez o Poeta tem razão. O homem sonha a obra nasce. Mas quantas vezes o sonho foi cheio de pesadelos e dúvidas até ao nascimento. E quantas vezes o nascimento foi precedido de trabalhos de parto bem difíceis.

E tudo quanto nasce necessita de apoios quer na juventude quer ao longo de toda a sua vida. Mas também como diz outro poeta, tudo vale a pena quando a alma não é pequena...

Temos uma certeza ao fim deste primeiro ano de vida. A residência de Estremoz está de boa saúde e apta a desempenhar uma missão social e patriótica de apoio ao país e aos membros da Liga dos Combatentes em particular.

A Direção do Núcleo de Estremoz na pessoa do senhor Major Velez Correia seu Presidente durante o tempo do intranquilo sonho e toda a equipa que garantiu o sucesso, durante este primeiro ano de vida, na pessoa da sua Diretora Técnica Dra. Dulce Correia, apoiados pela Direção Central da

Liga dos Combatentes, apresento as minhas mais que sinceras felicitações pelos resultados que obtivemos.

Não são precisas palavras para sublinhar a alta qualidade dos serviços prestados.

É no terreno que se observa a vocação da Liga dos Combatentes para fazer face a uma missão de apoio até agora inexistente e que nos orgulha.

Estremoz com a residência e Porto com o seu Complexo Social são hoje duas realidades que dão à Liga dos Combatentes uma dimensão com valor acrescentado.

Muita coragem persistência e determinação foram necessárias para chegarmos aqui. Por isso Senhor Presidente da Câmara de Estremoz, Luiz Mourinha, connosco desde a primeira hora, orientando e apoiando esta nossa iniciativa, que começou com a aquisição simbólica de terreno em escritura pública por um euro, comprometendo-se a Liga a dar-lhe este destino. Terreno que viria a ser aquele onde hoje se encontra a Residência com uma área de 5.000 m² e 2500m² de implantação.

Vão para Vá Exa os nossos mais profundos agradecimentos pela forma atenta e entusiástica como ajudou a cumprirmos - se todos os objetivos a que nos propusemos.

Às entidades responsáveis pela CCDR de Évora, decisores na atribuição de algo que nos fugia havia anos, na pessoa do então seu diretor Dr. António Costa da Silva, hoje deputado Assembleia da República, aqui presente, bem como aos responsáveis da Segurança Social em Évora, na pessoa da sua Diretora Dra. Sónia Ramos, igualmente sublinho os agradecimentos pelas decisões e apoios sucessivamente tomados neste processo, antes e durante a construção, esperando nós que o apoio da Segurança Social para o funcionamento seja rapidamente colocado nos patamares acordados e por vós propostos superiormente.

Uma palavra aos construtores, nomeadamente a CONSTROP, a quem adjudicamos a obra e aos subempreiteiros e fiscais que de uma forma geral cumpriram objetivos e prazos. Na posse de terrenos garantidos pelas câmaras municipais e Oliveira de Azeméis, Covilhã, Caldas da Rainha, Vila de Rei e Estremoz, concorrendo durante anos, sem sucesso, a todos os Programas abertos pelos governos do País, foi possível finalmente no Programa In- Alentejo, com o apoio da Comunidade Europeia, vermo-nos contemplados com o apoio financeiro indispensável sendo cerca de 80% a fundo perdido, no valor de um milhão e trezentos mil euros.

À CCDR de Évora o devemos. Os restantes 20 % resultaram do Programa " um euro um lar" aberto pela Liga para contribuição dos associados, por verbas próprias da sua reserva financeira e algum apoio do Ministério da Defesa Nacional ao nosso Programa Liga solidária.

Finalmente dirijo-me a todos e todas que hoje usufruem destes espaços e momentos, afirmando-lhes que tudo faremos para que sejam de vida, o mais tranquila e digna possível. É para eles que trabalhamos e é deles que nos orgulhamos.

Homens que serviram ou mulheres que apoiaram nos momentos mais difíceis das missões a cumprir, merecem de nós, Liga dos Combatentes, um trabalho permanente na preservação dos valores que sempre os informaram e na garantia de que direta ou indiretamente o Estado, como representante do Povo Português que serviram, deles se não esquece.

A Residência S. Nuno de Santa Maria e o Complexo Social Nossa Senhora da Paz, no Porto também inaugurada há cerca de um ano, constituem hoje, como disse, duas valências sociais que dão há Liga dos Combatentes a sua verdadeira dimensão de apoio social.

Os combatentes e famílias, membros da Liga dos Combatentes, tem hoje a certeza de que não só promovemos os valores superiores do país como de facto criamos as condições necessárias à prática da solidariedade e do apoio mútuo que são nossa missão primária, para além da nossa contribuição para a Paz e Segurança.

O meu profundo reconhecimento a todos pelo trabalho realizado.

O Futuro exige-nos ainda mais responsabilidade e exigência. Temos fundadas esperanças de que a tutela do Ministério da Defesa Nacional através do governo e dos governos que lhe sucederão, terão a perfeita consciência da dimensão e dos serviços prestados hoje, ao país e aos seus membros, por esta nova Liga dos Combatentes e que lhes proporcionem os apoios indispensáveis ao cumprimento das suas missões estatutárias.

Os meus agradecimentos ao senhor SEDN pela sua presença e ao senhor Presidente da Câmara Municipal de Estremoz bem como a todos os que se dignaram estar hoje connosco neste dia em que, de cabeça erguida e alegremente podemos gritar: mais uma missão cumprida.

Termino entoando o nosso grito:

Liga dos Combatentes
Valores Permanentes
Liga dos Combatentes
Em todas as Frentes.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

ANIVERSÁRIO DO COMANDO OPERACIONAL E HOMENAGEM AOS COMBATENTES DA MADEIRA CAÍDOS NA GRANDE GUERRA, FUNCHAL

24 de março de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Minhas Senhoras e Meus Senhores

O dia de hoje não é apenas mais um dia festivo e evocativo. Hoje, dia 24 de março de 2017, ficará na História da Liga dos Combatentes, mas também na História da Região Autónoma da Madeira e do Comando Operacional da Madeira. O poder Legislativo, Executivo e judicial da Madeira e o Mais Alto Responsável Militar Nacional o General CEMGFA e Regional o Major-general Comandante Operacional reúnem-se, simbolicamente em casa dos antigos combatentes, na atual "Casa do Combatente" para homenagearem e evocarem a Memória dos caídos e para festejar o aniversário dos combatentes de Hoje.

Parecendo vulgar, é inédito e é histórico. O trabalho que conduziu à transformação deste espaço, conduziu a ser possível a sua utilização para esta finalidade.

Exmo. Senhor Juiz Conselheiro Ireneu Barreto Ilustre Representante das Republica na RAM.

Em meu nome pessoal e de todos os combatentes e membros da Liga dos Combatentes, nomeadamente dos Combatentes Madeirenses agradeço e felicito V. Ex⁵ pela iniciativa de evocar o Centenário da Grande Guerra e homenagear os Madeirenses que nela sofreram e nela caíram.

E sobretudo compreender o valor que para nós tem, o facto dessa homenagem se realizar neste espaço, hoje Casa do Combatente, sede do Núcleo da Liga dos Combatentes no Funchal.

Agradeço profundamente todo o apoio moral e material que tem proporcionado à nossa Instituição e aos Combatentes Madeirenses.

Exmo. Senhor General Pina Monteiro, Ilustre CEMGFA

Agradeço o convite de V. Ex- para poder ter a honra de participar na cerimónia militar evocativa do Aniversário do Comando Operacional da Madeira.

"A nossa Liga" forma como carinhosamente a trata, honra-se de o ter como Membro e como Vogal de Honra do seu Conselho Supremo. Queira aceitar o meu testemunho público do apoio, compreensão e incentivo que temos recebido de V.^ª Ex.^ª materializado das mais variadas formas e atitudes. Muito obrigado.

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Dr. José Lino é uma honra a sua presença; Exma. Sr.^ª Dr.^ª Susana Prada em representação do Exmo. Senhor Dr. Miguel Albuquerque, Ilustre Presidente do Governo Regional da Madeira.

Agradeço a compreensão e apoio que vem dando a mais esta família Madeirense, ao contributo dado para a resolução de algumas dicotomias e à esperança que nos transmitiu de que em breve seja possível dispormos, neste espaço, da Casa Comunitária de apoio aos Combatentes e famílias.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal do Funchal Dr. Paulo Cafofo.

Foi com o apoio da Câmara Municipal do Funchal e dos seus serviços que foi possível à LC transformar um espaço abandonado, em ruínas e inacessível numa Sede do Núcleo da LC que muito nos honra, e dignifica, constituindo mais um ponto de atração do Funchal, um lugar de memória militar. O vosso apoio continua a ser fundamental para continuarmos e para que sejamos cada vez mais úteis, visíveis e credíveis na sociedade madeirense, promovendo os seus valores e praticando a solidariedade.

Exmos. Major General Rui Clero, ilustre Comandante Operacional e Comandante da Zona Militar da Madeira.

A celebração do aniversário do Comando Operacional da Madeira, conjuntamente com a evocação do Centenário da Grande Guerra, na Casa do Combatente, Sede da Liga dos Combatentes no Funchal, só é possível pela compreensão profunda dos Valores Nacionais e das FA, pela inteligência e clarividência do atual Comandante Operacional da Madeira, complementados com a sua interpretação que feita do que sabemos ser o entendimento de Sua Ex^a o General CEMGFA.

Há coisas que se não agradecem, sentem-se e registam-se profundamente.

Permitam-me que evidencie e sublinhe a extraordinária dedicação e empenho do TCor Laureano Presidente do Núcleo desde há doze anos e a cujo trabalho se deve a recuperação deste espaço. O apoio financeiro da Direção Central e o apoio de Serviços da Câmara do Funchal permitiu, que após estes doze anos de trabalho, pudéssemos chegar aqui, embora falte ainda algum caminho a percorrer.

Ilustres convidados, Senhores Generais, entidades civis militares e religiosas, acabamos de evocar acontecimentos da GG.

Vamos hoje homenagear dois Madeirenses caídos em Angola, um em Cuangar, outro em Naulila, no ano de 1914. A eles juntaram-se outros dois Madeirenses caídos na Flandres, um em 1917 e outro em 09 de abril de 1918 em La Lys. Todos morreram em combate. Outros distinguiram-se na vida Nacional, após terem participado na Grande Guerra.

Sublinho dois Madeirenses ilustres da vida nacional e se distinguiram como militares e como Políticos.

O general Vicente Freitas, que foi Presidente da Câmara do Funchal e Primeiro Ministro de Portugal e foi agraciada com a mais alta distinção Nacional, a Torre Espada.

O outro o Major Américo Olavo que se ofereceu para participar na GG, foi Comandante de Companhia tendo sido feito prisioneiro, depois condecorado com a Torre Espada por ações, em Combate, Ministro da Guerra e morto aos 44 anos em 1927 em ações "revirahistas" após o 28 de maio.

Termino sublinhando mais uma vez a honra de ver este espaço, a nossa casa de Combatentes, ser utilizada de uma forma conjunta para evocar sentimentos comuns.

Hoje é um dia, que deve ser tomado como exemplo e que merece ser vivido por uma Instituição nascida na GG e que há um século a esta parte tem mantido viva a memória dos que se bateram e dos que ali caíram.

Muito obrigado por nos terem dado esta oportunidade.

Senhor General CEMGFA e General Comandante Operacional da Madeira vive a Liga dos Combatentes um período de Passagem do Testemunho. 50% dos nossos 100 Núcleos Nacionais têm já como dirigentes oficiais e sargentos que fizeram as Operações de paz e Humanitárias.

Apelo a V. Ex- para que ajudem a que isso se possa verificar na Madeira e o Presidente do Núcleo Tenente-coronel Laureano possa ter o apoio que necessita para ver continuado o trabalho que estamos desenvolvendo.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

DIA NACIONAL DO COMBATENTE, 99.º ANIVERSÁRIO DA BATALHA DE LA LYS E 81.ª ROMAGEM AO TÚMULO DO SOLDADO DESCONHECIDO - BATALHA

9 de abril de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional, Dr. José Alberto Azeredo Lopes

Excelência

Decidiu V. Exa. estar connosco neste Dia do Combatente em que para além de evocarmos, como todos os anos, o 9 de abril, data da Batalha de La Lys, evocamos o Centenário da entrada do Corpo Expedicionário Português na Grande Guerra, no centro da Europa.

Com a sua presença sublinha Va Exa a longínqua institucionalização deste Dia Nacional do Combatente, tal como o fizeram seus antecessores, membros do governo, chefes militares e combatentes, desde há quase um século, neste santuário, verdadeiro símbolo da independência da Pátria portuguesa e do sacrifício dos seus maiores. Ao mais alto responsável pela política da defesa nacional agradecemos sensibilizados a sua presença, neste dia que pretendemos festivo e evocativo. Na pessoa de V.ª Ex.ª renovamos a nossa esperança de continuar a ver resolvidos muitos dos problemas que afetam os combatentes e suas famílias.

Exmos. Senhores Chefes do Estado-Maior da Força Aérea, Chefe de Estado-maior do Exército e VICEM da Armada em representação do Chefe de Estado-maior da Armada, agradeço a presença e o apoio institucional que sempre temos recebido, nas mais variadas vertentes. Convosco entre nós sentimos a presença de todos os militares e marinheiros que ao serviço das Forças Armadas têm garantido nas atuais circunstâncias um Portugal livre e independente.

Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal da Batalha; Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Batalha; Exmos. Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Estremoz, Montijo, Macedo de Cavaleiros e Foz Coa; Exmos. Senhores Generais, Almirantes e Diretores-gerais; Exmo. Senhor Bispo das FA e FS Excelência Reverendíssima; Exmo. Senhor Diretor do Mosteiro Da Batalha; Exmos. Membros do Conselho Supremo e da Direção Central da LC; Exmo. Senhor Vice-presidente da Cruz Vermelha; Exmos. Senhores Adidos de Defesa de Países Amigos; Exmos. Senhor Presidente da ADFA e das Associações de Combatentes presentes; Exmos Senhores Representantes da Souvenir Français e da British Legion;

Exmos. Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes; Caros Combatentes e Famílias
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Hoje é dia do Combatente por Portugal. Dia em que se evocam aqueles que foram atores das situações mais difíceis e dramáticas da história dos povos e naturalmente da história de Portugal. Evocamos especialmente a entrada de Portugal na Grande Guerra, no centro da Europa, há precisamente um século. Mas o conceito de Combatente por Portugal é um conceito profundo, abrangente e informador da própria História do país. Muitos dos que aqui se encontram hoje, foram e são combatentes por Portugal. Mas não foram os únicos, como por vezes alguns parecem fazer crer, nem serão certamente os últimos. Neste lugar da Batalha, se irmanam dois conceitos, dos quais resultaram o aprofundamento de uma identidade. O conceito de combatente e o conceito de independência, dos quais emanou o aprofundamento da identidade de Portugal.

Por essa razão, evocamos também hoje, os que caíram e se bateram em Ourique, ou na conquista de Lisboa, de Leiria, de Alcácer do Sal, de Évora, Beja e Silves, ou no percalço de Badajoz, no séc. XII. Os que estiveram no início da conquista do Algarve, na fixação das fronteiras de Portugal com Castela, no séc. XIII. Dos que se bateram e caíram, na batalha do Salado, na primeira, segunda e terceira guerra com Castela, na Batalha dos Atouros, na Batalha do Trancoso, na batalha de Aljubarrota, na Batalha de Valverde ou no início da construção deste Mosteiro, no séc. XIV. Dos que se bateram por Portugal na conquista de Ceuta, na descoberta do Porto Santo e da Madeira. Dos Açores, de Cabo Verde, da chegada à Foz do Zaire, da batalha de Alfarrobeira, da passagem do Cabo das Tormentas, da chegada de Vasco da Gama a Índia, no séc. XV. Dos que conquistaram Ormuz, Goa, Malaca e Azamor, chegaram a Macau e Timor e se bateram ou caíram em Alcácer Quibir, nas expedições a África, na Batalha de Alcântara ou na derrota da Armada Invencível, no séc. XVI.

Ou ainda nos ataques dos holandeses a Moçambique, e a Ceilão, na expulsão de Portugal do Japão e da Etiópia, nos combates no Brasil contra os holandeses, na Baía, Olinda ou Recife, ou na reconquista de S. Tome e Angola aos Holandeses, no séc. XVII. Ou nos finais do século XVIII no envolvimento nas guerras revolucionárias e depois nas guerras imperiais da França com a Inglaterra e frente a três invasões francesas, com as batalhas da Roliça, Vimeiro, Buçaco e Linhas de Torres ou na guerra Civil, no séc. XIX. E os que viveram e sofreram as vicissitudes da primeira República, da primeira e segunda guerra mundiais e a guerra do ultramar no séc. XX. Ou finalmente os que em operações de paz e humanitárias deram a sua vida, já no séc. XXI.

Síntese histórica de uma luta secular permanente, em conflitos de alta intensidade, para garantir a formação, a existência, a identidade, a independência, o reconhecimento, a sobrevivência ou a unidade de Portugal. Nela, a presença permanente do fator militar organizado e a quem normalmente se pediu mais e se deu menos, do que a missão exigia.

A análise isolada do fator histórico revela-nos claramente, o emprego sistemático de Forças Armadas, em todos os séculos da História de Portugal e por isso ser elevada a probabilidade de ao longo deste século XXI, vir a ser exigido às Forças Armadas a intervenção em conflito aberto, para a defesa dos interesses superiores do país. Nessa estrutura organizada, ao longo da história, de acordo com as circunstâncias e os meios técnicos e conhecimentos existentes, hoje conhecidas por Forças Armadas, distinguiram-se sempre três figuras humanas estruturantes: o soldado, o sargento e o capitão.

Curvamo-nos perante os feitos por eles praticados nas vitórias e nas derrotas. Mas permitam-me que sublinhe hoje, o capitão. Esse que é responsável pela frase mais vezes pronunciada e com mais carinho, em todos os Exércitos. Esses a quem, quer o soldado quer o sargento tratam afetivamente por "meu capitão", por "nosso capitão" ou pelo "senhor capitão". Esse que está no imaginário dos portugueses desde os capitães-mor, aos capitães como Mouzinho de Albuquerque ou aos Capitães de Abril. Sabemos também nós combatentes da guerra do ultramar, o que significava ser capitão, ser comandante de Companhia. Escalão, coluna dorsal, dos exércitos, nomeadamente em guerra subversiva, como a que travámos em África, durante catorze anos. Isso mesmo sublinha o Coronel Acabado, no seu último livro da Coleção Fim do Império, sob o título Histórias de uma Bala Só, cito:

«Num ambiente de expectativas o capitão tinha de gerir a emotividade dos seus homens. Ele tinha que conhecer-lhes o estado anímico e psicológico, pois isso tinha reflexos no comportamento

operacional da companhia, (cerca de 150 homens). Além de chefe militar, responsável por uma área cuja extensão era muitas vezes inimaginável e cuja segurança lhe estava atribuída, ele tinha também a seu cargo, assessorado por um sargento, não só a parte logística, como a financeira da companhia. Isso implicava uma gestão cuidadosa, de responsabilidade só comparável à de gestor de uma grande empresa. Para além de tudo isso ele tinha que ser psicólogo que conhecia até onde poderia levar a resistência moral e física de cada um dos seus subordinados. Da justeza dessa análise, dependia em grande medida a vida dos seus homens. Um capitão do exército português, durante a longa guerra que travámos em África, um jovem com pouco mais de vinte anos e menos de trinta, tinha já desempenhado funções cuja responsabilidade não havia equivalência em qualquer outro cargo, tanto civil como militar. A essa geração de oficiais, ficará para sempre devedora uma Pátria que jamais poderá pagar-lhes tamanho sacrifício».

Por alguma razão Camões afirmou «que não houve capitão que não fosse também douto e ciente» divisa o ate há pouco o Instituto de Altos Estudos Militares incorporou. Mas se o capitão é esse verdadeiro condutor de homens ele é também o espelho da situação vivida pelos homens que comanda. Em a 2ª Divisão Portuguesa na Batalha de La Lys, do Major Vasco de Carvalho, livro recentemente reeditado pela Liga dos Combatentes, pode ler-se algo de dramático que confirma aquela afirmação e ocorreu neste dia, 9 de abril, a esta hora, há precisamente 99 anos:

«A essa hora a linha B já não existia, é certo, como linha de defesa, porque o inimigo poderoso e bem protegido pela enorme massa da sua artilharia no-la tinha já arrebatado aniquilando as nossas tropas da 1.ª linha. Pelas 11h 30 entrava no quartel general de Letrem o capitão Queiroz, de Infantaria 8, que comandava em Fauquisart uma companhia em primeira linha. Roto, ferido, enegrecido o rosto, respiração ofegante, completamente fora de si, quase enlouquecido pela batalha, ele era ali perante todos nós a demonstração clara do grau de sofrimento físico e moral em que estava a nossa gente».

Imagem simples, mas fotográfica do que aconteceu há precisamente 99 anos, numa frente de combate europeia, dramática para o mundo, e indescritível para as tropas portuguesas sem recursos em pessoal e material na frente e com posições contraditórias e sem apoios da retaguarda. Haviam começado a desembarcar, a 2 de fevereiro de 1917, em Brest, as primeiras forças do CEP e a 4ª missão militar preparava a deslocação para Moçambique.

A de abril de 1917 entrava em linha a primeira unidade portuguesa, dois meses depois de ter chegado a França. Nesse mesmo dia era morto o primeiro militar português, António Gonçalves Curado. No mês seguinte tínhamos sofrido os três primeiros prisioneiros a que se seguiram as primeiras tropas afetadas por gases de guerra. Só em setembro se acabou de completar a entrada da 1ª divisão no sector do Corpo do Exército Britânico, de Ferme du Bois, New Chapelle, Fauquisart, com a 2ª Divisão em reserva.

Em Novembro era executado o soldado João Ferreira de Almeida, hoje sepultado em Richebourg , França, ao lado dos seus 1,830 camaradas, e que aguarda o deferimento de uma proposta da Liga dos Combatentes, feita há três anos, para que seja efetivamente reconhecido o seu perdão. A evocação do Centenário da Grande Guerra ficaria incompleta se essa proposta que segundo julgamos saber, se encontrava na Assembleia da República não tiver o seguimento proposto. Resta-nos honrar a memória e homenagearmos, como fazemos hoje, esses soldados, esses sargentos e esses capitães de sempre e todos aqueles que serviram e servem Portugal nas suas Forças Armadas e Forças de Segurança.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional, Excelência.

A Liga dos Combatentes tem por tradição no dia do Armistício e Dia da Liga dos Combatentes distinguir alguns dos seus apoiantes e servidores. Não o fez no passado dia 11 de novembro dado que S. Exa o Presidente da República decidiu distinguir a Liga dos Combatentes com o Título de Membro Honorário da Ordem do Mérito. Esse foi para nós um ato único de distinção. Vamos fazer hoje o que então estava planeado, mas não ocorreu para darmos então total relevo e importância ao ato de condecoração da Liga dos Combatentes. Distinguiremos com a medalha de Honra ao Mérito, grau ouro, os senhores:

- Presidente da Câmara de Estremoz Dr. Luís Filipe Pereira Mourinha, pelo apoio concedido à Liga dos Combatentes em especial na cedência do terreno e apoio direto à nossa nova Residência Sénior São Nuno de Santa Maria em Estremoz, já em pleno funcionamento.
- Presidente da Câmara Municipal do Montijo, Eng.º Nuno Ribeiro Canta, pelo apoio concedido à Liga dos Combatentes, quer na construção de um significativo e muito digno Monumento de Homenagem aos Combatentes quer na cedência de instalações dignas para a sede do Núcleo do Montijo, resolvendo uma carência que há anos se arrastava.
- Presidente da Câmara de Macedo de Cavaleiros, Dr. Manuel Duarte Fernandes Moreno, pelo apoio concedido ao Núcleo da Liga e por ter decidido transformar um amplo espaço, no centro da cidade, em Praça do Combatente, tendo-a transformado num gigantesco Monumento de Homenagem aos Combatentes de Portugal enriquecendo com ele a geografia humana da cidade.
- Presidente da Câmara de Foz Coa, Eng.º Gustavo de Sousa Duarte, pelo permanente apoio ao Núcleo daquela cidade e por ter decidido construir monumentos de homenagem aos combatentes, em todas as freguesias do concelho, no total de catorze monumentos, erguidos com materiais característicos da região. Igualmente serão agraciados com a Medalha da Defesa Nacional, 1ª e 2ª Classe três dirigentes e com a medalha de Honra ao Mérito sete dirigentes da Liga dos Combatentes.

Minhas senhoras e meus senhores

Não quero terminar sem assinalar que há precisamente 99 anos, no meio de uma situação política fluida, inconsistente, conflituosa e dramática, milhares de portugueses, mobilizados e mal fardados, mal treinados e mal equipados, tendo que receber instrução no campo de batalha e tendo que aí receber o armamento e munições para combater, muitos analfabetos, integrados em unidades que demoraram meses a chegar ao local de destino, em país falando o francês e servindo integrados num exército falando inglês, sem reforços, sem apoio da retaguarda, viveram, bem como suas famílias, momentos dramáticos, com epílogo em 9 de Abril de 1918. Momentos de recusa para alguns, momentos heroicos para muitos, que ou se bateram e caíram mortos, feridos ou prisioneiros ou regressaram a maior parte a necessitarem de apoio social e à sua saúde debilitada ou tocada para sempre.

A Liga dos Combatentes é oriunda desse ambiente de holocausto nacional e europeu. É nessa derrota tática e nessa vitória estratégica, que nos garantiria o reforço da nossa identidade como Nação, que a Liga dos Combatentes vai alicerçar as suas raízes de promoção do amor à Pátria, prática da solidariedade e do apoio mútuo e contribuição para a Paz e Segurança nacional

e no mundo. Por isso aqui estamos, mais uma vez, com as associações de combatentes que conosco quiseram evocar os combatentes por Portugal neste dia em que evocando os mortos, continuamos lutando pela dignidade dos vivos e pela resolução dos seus problemas que termino evocando num poema, os que se bateram e os que caíram na Grande Guerra. Dei-lhe por título:

EVOCAÇÃO

Centenário memo do sofrimento
Holocausto de vidas derradeiras
Horror e dor ocupam o pensamento
Vivificam os heróis das trincheiras.

Oh milhões de mortos desconhecidos,
Oh soldado Milhões mistificado,
Contrastes de heroísmos esquecidos,
Valores ainda hoje justificados.

Soldado, homem morte, homem lama,
Confronto entre a coragem e o medo,
No buraco que te deu vida e cama,
E de manhã o caminho do degredo.

Desprezo da morte e do sofrimento,
Magala transformado em gigante,
Herói das circunstâncias do momento,
Logo esquecido pelo poder mandante.

Cem anos depois nós vos evocamos,
Nós combatentes de outras guerras e frentes,
Sobre os vossos túmulos nos curvamos
Deixando cair uma lágrima quente.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

INAUGURAÇÃO DE MONUMENTO EM HOMENAGEM AOS COMBATENTES DA FREGUESIA DE MUGE

22 de abril de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Hélder Esménio, Presidente da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos; Exmo. Senhor César Diogo, Presidente da Junta de Freguesia de Muge; Exmo. Senhor Carlos Pombo, Presidente do Núcleo de Santarém da Liga dos Combatentes; Exmos. Senhores Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes de Abrantes e Vila Franca de Xira

Minhas senhoras e meus senhores
Combatentes

É para mim uma honra estar hoje entre vós, representando o Tenente-General Joaquim Chito Rodrigues, Presidente da Direção Central da Liga dos Combatentes, que vos dirige os seus cumprimentos e a todos expressa a sua estima pessoal. A ausência do Presidente da Liga deve-se ao facto de neste dia se encontrar no cemitério português de Richebourg l'Avoué, em França, em homenagem, não só, aos milhares de portugueses caídos em combate, naquele fatídico dia de 9 de Abril de 1918, mas louvando igualmente todos os portugueses que, na Primeira Guerra Mundial, faleceram ao serviço da Pátria em França, em Angola e em Moçambique. Encontramo-nos hoje aqui para proceder à inauguração de um Monumento de Homenagem aos Combatentes da Freguesia de Muge.

A guerra tem tocado várias gerações de portugueses, em particular, nos tempos mais recentes, a Primeira Guerra Mundial e a Guerra do Ultramar, sendo muito significativo que as populações e as autarquias se levantem para materializar o seu reconhecimento, deixando padrões para o futuro, que lembrem às gerações atuais e vindouras, os momentos em que, em tempo de guerra e sacrifícios, alguns portugueses honraram a Pátria defendendo-a de armas na mão. Em relação à I Grande Guerra, todos os que nela participaram e foram sacrificados, ao sofrimento e consequências do campo de batalha, já partiram. Resta-nos prestar-lhe a nossa homenagem e não deixar apagar da memória coletiva o seu exemplo, sacrifício e heroísmo pela Pátria. Em relação aos que participaram na Guerra do Ultramar, devemos fazer mais do que homenagens. Reconhecimento! Gratidão pelo seu desempenho! Apoio a eventuais traumatizados ou carenciados. Permitam-me que relembre o poema “Mar Português”, que o nosso grande poeta, Fernando Pessoa, escreveu:

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu*

Referia-se, o poeta, ao mar e descobrimentos que foram simultaneamente desgraça e glória do povo português.

Minhas senhoras e meus senhores
Combatentes

Este glorioso feito dos Descobrimentos apenas foi possível graças ao elevado espírito de missão, mestria, eficácia, profundos conhecimentos técnicos para a época, capacidade de adaptação e valentia de todos os Homens envolvidos naquela campanha, em particular marinheiros e combatentes. Em relação ao último conflito armado, de longa duração, a Guerra do Ultramar, no qual, muitos dos presentes, honraram Portugal, a capacidade de adaptação, a camaradagem, o espírito de missão, a valentia e o heroísmo mantiveram-se. Os esforços, sacrifícios, momentos de ânimo, desânimo e alegrias vividas em terras ultramarinas, percorrendo matas e savanas em Angola e Moçambique, abrindo picadas, respirando o pó, ou atolando-se no tarrafo da Guiné, aguentando o paludismo e arriscando a vida não pararam o sonho nem o desejo de cumprir a missão. Os anos sessenta e setenta do século passado, podem ser considerados, na minha opinião, um paralelo da aventura dos descobrimentos, continuando com o mesmo herói, o povo português. Quando poeta nos diz:

*Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!*

Será que não revemos nestes versos, cada um dos combatentes da Guerra de África?
Cada um dos que honraram combatendo por Portugal e dizendo presente quando foram chamados pela Pátria?

Homens de Armas que defenderam Portugal como juraram, que compareceram na freguesia de Muge, acompanhados das suas famílias, para homenagear aqueles Camaradas e Amigos que foram Combatentes e que, infelizmente já partiram. Será que:

*Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.*

Parabéns à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, à Junta de Freguesia de Muge e ao Núcleo da Liga dos Combatentes de Santarém, pela iniciativa e organização!

Vivam os Combatentes por Portugal!
Bem Hajam todos!
Viva Portugal!

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

APRESENTAÇÃO DO LIVRO «PROTOCOLO E CERIMONIAL MILITAR» DO CAPITÃO-DE-MAR-E-GUERRA, JOÃO PAULO LUCENA

16 de maio de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmas. Senhoras e Exmos. Senhores

Não foi sem alguma surpresa que recebi o convite do Capitão-de-mar-e-guerra João Paulo Lucena para a apresentação do seu livro Protocolo e Cerimonial Militar. Mas, rapidamente, reconheci algumas razões que o terão levado a tomar essa decisão.

De facto, a sua última função como responsável pelo protocolo EMGFA e as suas relações com a Liga dos Combatentes, no apoio a cerimónias de interesse comum, estabeleceu uma relação de proximidade e entendimento que resvalou para uma relação de compreensão e amizade. E as razões, encontro-as sobretudo no profissionalismo, conhecimento e bom senso, sempre demonstrados pelo comandante Lucena, no desempenho da sua delicada missão de planear, preparar e executar as missões relativas às cerimónias e protocolos de que foi incumbido.

Missões ingratas e complexas que, normalmente, por melhor que sejam cumpridas, deixam sempre alguém com algum incómodo e em vez de proporcionarem amizades, facilmente provocam ressentimentos e críticas. Não foi esse o caso entre nós. Estamos, pois, perante uma matéria que vai do interesse e imagem pessoal, ao interesse e imagem do estado, passando pela interesse e imagem das instituições. Mas também de uma matéria que acompanha a história do homem minimamente organizado.

Na China no séc. XII antes de Cristo, terá surgido um dos mais antigos documentos que o mundo conhece de cerimonial e protocolo, com orientações sobre filosofia e comportamento. No Egipto Antigo, protocolos e rituais faziam parte da cultura, principalmente ao redor dos Faraós. Sou atleta olímpico e por isso não poderei deixar de referir que os gregos, com os seus jogos olímpicos, deram origem, em 776 antes de Cristo, ao primeiro calendário de competições desportivas e com ele a um dos primeiros grandes cerimoniais da história da humanidade. Enfim, os povos conquistadores exerceram grande influência sobre os povos conquistados, quanto a cerimónias e etiquetas.

Hoje, desde os milhares de congressos anuais, que Thomas Cook despoletou ao explorar a facilidade de comunicação que o caminho ferro proporcionava, no séc. XIX, aos milhares de cimeiras de carácter político ao mais alto nível e às grandes cerimónias militares em todo o mundo, todas elas estão cimentadas com relações públicas, cerimonial e protocolo. Que dizer da última visita de Sua Santidade o Papa Francisco a Portugal e as preocupações do cerimonial e do protocolo. O tema é por isso tão aliciante, como importante.

Cumpre-me por isso felicitar o Comandante Lucena, não só pelo seu desempenho, mas por ter decidido verter em livro a sua experiência e saber, trazendo assim uma interpretação válida que servirá de orientação a atuais e futuros responsáveis pelas cerimónias e protocolos, no âmbito militar, e as suas relações com as cerimónias e protocolos civis e do estado.

A lei e a sua difícil aplicação prática farão deste livro um Guia que produzirá doutrina, sempre que a dúvida se instale nos executores de cerimónias e protocolos de âmbito militar. Um prefácio do

então Chefe do Estado-Maior da Armada Almirante Fragoso e a introdução do autor, são elucidativos quanto ao que vamos encontrar nesta obra e reforçam o que acabo de assinalar.

Compete-me talvez abrir a curiosidade para o que irão encontrar no livro e não propriamente ler-vos o livro. Direi, pois, o que nos apresenta o Comandante Lucena. Para além da legislação básica necessária e suficiente que enquadra e sustenta o cerimonial e o protocolo militares, o autor debruça-se sobre três áreas fundamentais:

As precedências, os procedimentos e as práticas. A estes três “P” dá um enquadramento e envolvimento ricos e sustentados em vivência, experiência e saber sobre a matéria.

Se, porém, abordarmos este tema particular, que o autor nos trás, de uma forma mais genérica nós poderemos dizer que os valores reconhecidos e adotados, as regras, as convenções de direitos e deveres e a sua expressão nas relações humanas, em sociedade, constituem o grande cerimonial e protocolo da Vida.

A vida é de facto um grande cerimonial e um grande protocolo, em aplicação e vivência constantes. Por isso, ao falarmos de cerimonial e protocolo, sentirmos que tais preocupações existem desde o aparecimento do homem e a sua vivência em comunidade. Comunidade que pode ser organizada ao nível do estado, mas que engloba grandes e pequenos grupos, nomeadamente, civis, militares e religiosos, todos com o seu cerimonial e protocolo próprios.

E por isso, não estranharmos hoje o vermos ligado ao cerimonial e ao protocolo, as relações públicas. Este triunvirato convive entre si, para a obtenção de resultados que se desejam harmónicos e não produzam incomodidade e resistências, mas pelo contrário, contribuam para, no respeito e reconhecimento expectante da importância funcional e hierárquica de cada um, para a boa harmonia e espírito de corpo coletivos.

O sector particular específico, como parte desse grande e complexo protocolo que apelido de protocolo da vida, onde converge o público e o privado, que o autor nos apresenta, diz respeito ao sector da vida militar.

Nessa vida militar, símbolos, valores, cerimonial em parada ou fora dela, respeito hierárquico, direitos e deveres de cada um, refletem-se coletiva ou individualmente, em exigências protocolares permanentes. Desde a inicial saudação pela continência, de palma da mão aberta e voltada para quem se cumprimenta demonstrando que se não empunha qualquer arma, à formatura em parada com honras militares de acordo com a patente a quem se prestam as honras, ou as salvas fúnebres no fim da vida de acordo com a patente que se homenageia, ou o mero cumprimento à bandeira nacional, são exemplos de momentos perenes eivados de protocolo militar, os quais conjugados com muitos outros, próprios da instituição, formatam aquilo que costumamos designar por condição militar.

E esta deve ser respeitada e defendida a todo o custo, elevando o seu cerimonial, o seu protocolo e a relação pública, para que conduza à sua compreensão pela população que serve e que sempre observa e se delicia com o que vê. Daí a utilidade deste livro com os problemas, não só que o mesmo esclarece, mas que também levanta. E o grande problema que levanta em meu entender é a dificuldade e a complexidade de uma boa execução protocolar. Compreendo a delicadeza e também objectividade com que o comandante Lucena aborda o problema. Mas eu permito-me dizer que numa cerimónia civil-militar ou mesmo só militar é rara aquela que decorre sem que

haja um problema protocolar delicado a resolver ou sem que surja um problema menos bem resolvido e por isso suscetível de criar suscetibilidades individuais ou institucionais.

Nos meus longos anos de militar e recordando quando cadete, as guardas de honra a Rainha Isabel II de Inglaterra e ao Presidente da República do Brasil, ou o porta-estandarte nacional como alferes na visita do Imperador da Etiópia a Portugal ou as cerimónias que, como general, dirijo desde que sou Presidente da Liga dos Combatentes e onde estabeleci contacto com o comandante Lucena, permitem-me descortinar algumas vivências, em especial nesta última função, e com elas dar relevo à importância deste livro que hoje é apresentado e que quer queiramos quer não, fará doutrina no que diz respeito ao cerimonial e protocolo militares. Apenas alguns exemplos que penso significativos para reforçar o verdadeiro interesse deste livro, para além dos exemplos práticos que comandante Lucena nos trás.

A Liga dos Combatentes é uma entidade organizadora de eventos em que alguns deles exigem a aplicação do protocolo de estado, o protocolo público e protocolo privado. Somos a entidade organizadora, mas pedimos apoio aos serviços responsáveis por esta área do MDN e ou do EMGFA e por vezes da Presidência da República. Órgãos do mais alto nível protocolar. Ora, o Presidente da Liga de Combatentes, com entidade organizadora, como diz a lei e bem refere o Comandante Lucena, deveria presidir a cerimónia ou respeitosamente ceder o seu lugar à entidade protocolarmente mais elevada e convidada para presidir à cerimónia. Ora como presidente da Liga dos Combatentes, com o apoio dos serviços referidos, por exemplo, nas cerimónias evocativas do 9 de abril e do 11 de novembro, Dia do Armistício da GG, já ocupei, na fila da frente da tribuna, por indicação do protocolo, o segundo lugar, o quarto lugar, o sétimo lugar e o nono lugar, embora as entidades fossem praticamente as mesmas.

Nessas mesmas cerimónias como organizador das mesmas e havendo que acompanhar as altas entidades a receber as honras militares, aconteceu-me que quando cheguei à tribuna com a última entidade, o senhor Ministro da Defesa, não tinha cadeira para me sentar. Rapidamente puxei de uma cadeira de outra fila, por acaso desocupada e coloquei-a ao lado do senhor ministro, onde fiquei.

Recentemente, em cerimónia do 11 de novembro, o protocolo comunicou-me que o meu lugar era o número sete. Quando finalmente me dirigi à tribuna com o senhor Ministro da Defesa, a cadeira estava ocupada por outra entidade, sem que nada me fosse dito e acabei por ocupar a cadeira número nove que, entretanto, vi vazia. Mas também já tenho tido altas entidades que ao verificarem que não haviam sido considerados na lista protocolar se afastam e retiram tranquilamente da cerimónia. E há até quem resista à lei, em que uma entidade militar é colocada protocolarmente acima de uma função política, por alteração da lei e este facto levar tempo a cumprir-se contrariamente ao que a lei estabelecia. O que acontece normalmente é que estes casos ficam limitados a quem os vive. A situação agrava-se quando o relacionamento é entre instituições. Referi propositadamente casos extremos, da minha vivência pessoal, para poder também sublinhar e agradecer o trabalho dos serviços de protocolo da Presidência da República, do Ministério da Defesa Nacional e do EMGFA que tanto tem ajudado a Liga dos Combatentes, sistematicamente, nas suas cerimónias. De facto, ao juntar por vezes a Presidência da República, o Ministério da Defesa Nacional, o EMGFA e os Estados-maiores dos três ramos, exigem aos serviços de protocolo um trabalho de preparação, planeamento e execução complexos e que normalmente exigem decisões no momento último dos acontecimentos.

Minhas senhoras e meus senhores

Como diz o autor, o Protocolo e Cerimonial Militar desempenham um papel fundamental na transmissão de valores. Neste aspeto direi é tão importante para dentro da Instituição como para fora dela. Por isso este livro não é um livro de interesse particular, mas um livro de interesse geral, pois ajuda os outros a reconhecer quem somos, o que fazemos e como nos relacionamos entre muros e na relação com os outros. Símbolos nacionais, valores nacionais, política de defesa, conceito estratégico de defesa nacional, organização e missões das Forças Armadas, legislação, cerimónias, protocolo, uniformes, medalhas, procedimentos, entidades, precedências, são ingredientes tratados com equilíbrio, sensibilidade e bom senso, nesta obra. Como diz o autor “o segredo do sucesso de uma cerimónia está em grande medida na capacidade do responsável do protocolo encontrar esse equilíbrio”.

Termino felicitando mais uma vez o autor, pois neste livro ele cria condições e apresenta todos os meios, para facilitar a ação dos responsáveis pelo protocolo e cerimónias militares e que são de facto verdadeiros “gestores de sensibilidades”. Não são “mestre-de-cerimónias”, mas responsáveis onde não deve morar a prepotência, a vaidade ou a arrogância, nem por outro lado a humildade excessiva, a timidez ou a ansiedade perante situações imprevistas.

O Chefe do Cerimonial militar, como responsável pelo planeamento, coordenação e organização, incluindo o protocolo, deve em síntese ser uma pessoa de bom senso. E como diz o Comandante Lucena NO FINAL DO SEU LIVRO: “o Protocolo é 10% de regras e 90% de bom senso”.

Parabéns ao Comandante Lucena.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

A PARTICIPAÇÃO DO SOLDADO PORTUGUÊS NA GRANDE GUERRA E NOS CONFLITOS DO SEC XX E O MARCO HISTÓRICO QUE REPRESENTA PARA OS PORTUGUESES A BATALHA DO LYS E A CRIAÇÃO DA LIGA DOS COMBATENTES – PORTO

06 de maio de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

É uma “comunhão de afetos” que nos reúne aqui hoje. Colocamos mais uma pedra naquilo a que venho chamando de Império da Alma. Relativamente a Portugal, geograficamente, desfizeram-se impérios - o império da Índia, o Império do Brasil, o Império de África - mas não perdemos o Império da Alma. É esse Império constituído por milhões de portugueses espalhados pelo mundo que importa aglutinar, aprofundar espiritual, patriótica, cultural e economicamente, ligando-os organizadamente em rede, reforçando o conceito da nossa Pátria secular. Desenvolvemos assim as nossas Forças Morais e Materiais, como fator do nosso Potencial Estratégico Nacional.

O século XX e o século XXI contribuíram para a evidência da necessidade desse Império da Alma português, ser fator importante para a nosso comportamento e força, nos organismos internacionais como a ONU, a UE ou a CPLP.

La Lys em França (1918) e Naulila em Angola e em Moçambique a partir de 1914, são episódios que, como a guerra do Ultramar (1961/1974) contribuíram para a necessidade de hoje se evidenciar esse nosso Império da Alma, pois muitos insistem terem sido derrotas, desastres ou mesmo tragédias militares. Não comungamos desta leitura da história. Quatro constantes porém, importa, em permanência, ter em consideração e evidenciar na atuação do soldado português:

- Em primeiro lugar, durante todo o século XX e XXI, o soldado português ao serviço das nossas forças armadas empregues na grande guerra, na guerra do ultramar e nas operações de paz, nunca iniciou as hostilidades nem invadiu nunca nenhum país, nem território.
- Uma segunda constante. O soldado português nas nossas forças armadas foi sempre empregue longe da sua base de retaguarda, a milhares de Km de distância do seu berço, num esforço heroico e hercúleo. Assim aconteceu na Grande Guerra, na Guerra do Ultramar e acontece hoje nas Operações de Manutenção da Paz. São duas constantes históricas que prologam a nossa trajetória secular e acrescentam valor humano à nossa posição e figurino internacionais.
- Em terceiro lugar face ao emprego das nossas forças armadas, salvo a guerra do ultramar 1961-1974, o soldado português teve que se adaptar sempre e integrar –se em formas de atuação diferentes, em exércitos aliados. Nós no ultramar, como diz o americano John Cann tivemos um modo português de fazer a guerra.
- Finalmente uma quarta constante que importa combater frontalmente com base na investigação e no estudo histórico e científico do fator militar, nos conflitos em que tomámos parte no século XX e XXI: o negativismo.

É frequente tratar a nossa participação militar na Grande Guerra, nomeadamente em África (NAULILA) e em França (LA LYS), como uma grande derrota militar. Chega mesmo a afirmar-se que não houve nada pior, depois de Alcácer Quibir, de Naulila, e de La Lys fala-se de “desastre” e de

“tragédia”. Da guerra do ultramar há quem afirme que perdemos militarmente a guerra. Para além da comunhão de afetos, num verdadeiro Império da Alma que importa desenvolver, há que, para o fortalecer, eliminar a tendência para evidenciar a leitura negativa dos factos, o derrotismo, deixando de olhar sistematicamente para o negativo que surge para lá do monte e nunca evidenciar o positivo que se nos apresenta, quando olhamos para lá do horizonte. Em La Lys, integrados no I Exército Inglês, sofremos com eles a rotura da frente perante uma ofensiva poderosa, contribuímos para que a retirada permitisse a continuação da batalha noutra frente e cinco meses depois desfilávamos em França celebrando a vitória daqueles com quem nos tínhamos aliado. Em termos de estratégia operacional e geral vencemos. Em Naulila, Angola, depois de um primeiro êxito português em outubro, seguiram-se retaliações que culminaram com a confrontação em 18 de dezembro, entre 8000 efetivos alemães e 2000 efetivos portugueses.

Após o confronto de que resultaram 12 mortos e 30 feridos do lado alemão e 69 mortos e 76 feridos do lado português, ambas as forças retiraram ordenadamente, sem perseguição e da parte das forças alemãs foi enviado emissário apelando à paz. Nenhum dos lados se pôde considerar vencedor. A ação contribuiu decisivamente para que após reforços o general Pereira D’Éça pudesse restabelecer a ordem e as fronteiras que, cem anos depois, ainda hoje vigoram entre dois países independentes. Naulila não deve, pois, ser vista como uma tragédia ou um desastre, mas como uma contingência tática que contribuiu para uma vitória da estratégia operacional e geral, garantindo a manutenção das colónias por parte de Portugal.

O mesmo sucedeu em La LYS. Tratou-se de uma derrota tática e de uma vitória estratégica. Quanto à guerra do ultramar é bom que reafirmemos que as Forças Armadas, ressaltando a Índia portuguesa, nas condições conhecidas, não perderam a guerra, como por vezes se lê e ouve. É, pois, importante que neste momento em que se aprofunda e investiga a história de acontecimentos bélicos, como a Grande Guerra, que se sublinhe e se desenvolva uma leitura positiva e abrangente em termos militares, abandonando de vez, a leitura catastrófica de episódios menos felizes em termos táticos, mas que se valorizem, como contribuição para vitórias, se os enquadrarmos em termos estratégicos e mesmo políticos. É com esse espírito e visão que estamos aqui valorizando os feitos das tropas portuguesas em África e em França, na Grande Guerra, e a enaltecer a determinação, feitos e sacrifícios dos seus soldados.

A LIGA DOS COMBATENTES E A GRANDE GUERRA

As consequências positivas da GG normalmente evidenciadas historicamente, são:

- A manutenção das colónias;
- A consolidação da república;
- Portugal poder sentar-se à mesa dos vencedores.

Ora eu sublinho uma quarta consequência feliz e positiva da GG:

- A criação da Liga dos Combatentes da GG.

A minha intervenção procurará: Apresentar e caracterizar as fases do ciclo de vida orgânica e funcional da LCGG hoje LC:

- Apresentar e caracterizar o ciclo de vida político institucional da LCGG hoje LC
- Apresentar e caracterizar sinteticamente a LC de Hoje

Começamos por apresentar o que denominei ciclo de vida orgânica da LCGG. A vida orgânica e funcional da LC pode ser caracterizada por quatro fases distintas:

1. Fase de Gestação e Nascimento de 1919 a 1924. (6 anos);
2. Fase de Crescimento e Maturidade Evolutivos de 1924 a 1974 (50 anos);
3. Fase de Esquecimento e Apagamento de 1974 a 2004 (30 anos);
4. Fase de Reabilita o e Rejuvenescimento de 2004 aos nossos dias (13 anos)

FASE DE GESTA O E NASCIMENTO

O apoio aos combatentes e famílias por parte do Estado, tem em termos institucionais, antes e depois da grande guerra uma única fase:

- A fase permanente do abandono.
- O abandono em tempo de guerra e o abandono após a guerra, abandono em tempo de paz.
- O apoio aos combatentes e famílias, porém, tem em termos não institucionais, logo, de iniciativa privada, tem duas fases.
- A primeira fase durante a guerra, ainda antes da existência da Liga dos Combatentes da GG.
- A sociedade civil organiza-se, em especial a partir da cidade do Porto, para apoio nomeadamente aos órfãos e as viúvas.

Entre diversas iniciativas de comissões e associa es para a poio ao esforço de guerra em Moçambique e Angola surge a Junta Patriótica do Norte, logo em 1916. Para apoio das viúvas a Cruzada das Mulheres Portuguesas.

Um mês após a declara o de guerra a Portugal pela Alemanha nascem essas duas institui es:

A JPN a 15 de março de 1916 (oficializada a 8 de abril) e a Cruzada das Mulheres Portuguesas a 20 de março do mesmo ano.

Dirigida pelo Dr. Alberto Aguiar, diplomado em filosofia, farmácia e medicina tem como grandes objetivos:

- O apoio aos  rf os
- A comemora o de efemérides
- A homenagem aos mortos
- O apoio aos soldados em campanha
- A mobiliza o para o conflito
- O despertar na popula o do Norte o patriotismo, dedica o e confiança na vitória.

No final a conserva o das memórias de guerra através da constru o de Monumentos em todos os Concelhos.

A constru o de um monumento no Porto e a sua demoli o levaria a a distanciar-se dessas tarefas que seriam assumidas pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra criada em 1921.

A JPN associa-se ao Núcleo Feminino de Assistência Infantil (NFAI) dirigida por Filomena Nogueira de Oliveira e inauguram em 25 de junho de 1917 a Casa dos Filhos dos Soldados, para crianças desde o nascimento aos 7 anos e após a constru o de uma escola, alarga o apoio até aos 14 anos.

A Liga dos Combatentes evocará no próximo dia 25 de junho o Centenário da Casa dos Filhos dos Soldados, hoje Complexo Social Nossa Senhora da Paz.

A JPN seria considerada um dos melhores exemplos de assistência e filantropia. Inicialmente na Rua da Cedofeita no 458 e depois na Quinta Amarela. No mesmo mês de março, dia 16, de 1917 e imediatamente à declaração de guerra por parte da Alemanha surge a Cruzada das Mulheres Portuguesas, inspirada na sua congénere Francesa LA CROISADE DES FEMMES FRANCAISES (1915), dirigida por Eliza Dantas Machado, esposa do PR Bernardino Machado, agregando 80 mulheres. Organizam-se em Comissões (Propaganda, Enfermagem, Assistência aos militares mobilizados e comissão de hospitalização).

Já em 1912, Ana de Castro Osório, que viria a doar as atuais instalações da LC, havia criado a comissão feminina " Pela Pátria". A CMP impulsionaria outras instituições como o Instituto de Arroios para apoio dos mutilados da GG, a Casa do Trabalho em Xabregas e o Hospital Militar Português em Andaaia. A sua ação decorreria, tal como a da JPN, até ao ano de 1936, sendo oficializada a sua integração na LCGG em 1938.

A Grande Guerra, porém, terminaria em 1918. Os militares regressam. As necessidades de apoio social e à saúde dos militares multiplicam-se. As faltas dos apoios estaduais confirmam-se. A organização privada por parte dos combatentes que haviam participado na GG surge por iniciativa dos combatentes dos mais baixos escalões embora logo na ata da primeira assembleia geral se sinta a necessidade de contactar desde logo alguém ligado aos poderes instituídos.

João Faria Afonso, soldado gaseado e evacuado para a retaguarda, o que o livrou da frente em 9 de abril, promovido em campanha a sargento miliciano, tenta em 1919, sem êxito, criar uma associação para o efeito. Em 1921, porém, promove a primeira reunião com seu primo segundo tenente da marinha Horácio Faria Pereira e o tenente reformado Joaquim Figueiredo Ministro. A data dessa primeira reunião, na Rua de S. Paulo, em Lisboa, é hoje considerada a data da fundação da LCGG.

Horácio Faria Pereira e, entretanto, mobilizado para seguir no Cruzador República a fim de apoiar a viagem da Travessia do Atlântico por gago Coutinho e Sacadura Cabral. Seriam dois anos até ao eu regresso. Isso, porém, não impediu a continuação dos trabalhos de organização, embora os estatutos apenas fossem finalizados já em 1923, já com o apoio dos tenentes-coronéis Ferreira do Amaral e Aragão.

Ferreira do Amaral, que participou com o general Pereira d' Eça na expedição de pacificação do Sul de Angola em 1915. Serviu depois na Flandres como Major de 1917 a 1918 comandando o Bat de Infantaria 15. Regressado de França seguiu para Angola numa missão civil. Viria a ser o Primeiro Presidente da Agência de Lisboa da LCGG e simultaneamente Comandante da PSP de Lisboa. O tenente Cor Aragão, foi conhecido pelo herói de Naulila.

LIGA DOS COMBATENTES UMA FELIZ E ÚTIL CONSEQUÊNCIA DA GRANDE GUERRA EM PORTUGAL

Primeira República, Primeira Guerra Mundial. Liga dos Combatentes. Trilogia que marca, ainda hoje, o século XX português. Sacrifício, Guerra. Solidariedade. Outra Trilogia que marcando toda

uma época se transmitiu de combatente em combatente, de família em família, até aos nossos dias.

O 9 de abril de 1918, dia da Batalha do Lys, é hoje evocado como Dia Nacional do Combatente, em Portugal. É no nosso sentir profundo, um símbolo do conhecido esforço do soldado português ao longo dos séculos.

O 11 de novembro, Dia do Armistício, transformou-se no país e em toda a Europa, num verdadeiro Dia da Paz entre as Nações.

Em Portugal o fim da guerra e o regresso dos soldados a Portugal conduziria, como disse, à incúria e ao abandono a que foram votados os combatentes que ultrapassou os limites da paciência e do razoável. Completamente desprovidos do mínimo auxílio legal, esquecidos e ignorados de tudo e de todos restando-lhes só o recurso de lamentarem as suas dores e as suas misérias. O grupo de Combatentes, já referido, liderados por um soldado ferido em combate na Flandres, promovido a sargento miliciano, licenciado após regressar a Portugal, decide então, em 1921, fundar o que designou por Liga dos Combatentes da Grande Guerra. Em 16 de Outubro de 1923 teria a sua primeira assembleia Geral e em janeiro de 1924 veria os seus estatutos publicados no boletim oficial. Arrancava com 14 agências, oito subagências e cinquenta delegações, ou seja, 75 núcleos segundo o conceito atual.

Nascia uma Instituição que se mantém hoje com os mesmos objetivos: a promoção e defesa dos valores e a prática da solidariedade para com os combatentes e famílias.

PERÍODO DE CRESCIMENTO E MATURIDADE EVOLUTIVOS (1924 – 1974) – 50 ANOS

Este período da vida da Liga é caracterizado por um reconhecimento da sua utilidade e implantação nacional. A sua visibilidade e credibilidade vai conduzir a que passados 15 anos da sua criação possa integrar os valores morais e materiais de 3 instituições que haviam desenvolvido enorme trabalho de apoio aos combatentes e famílias, mas se viam em condições difíceis de continuar a sua missão, nomeadamente em termos económico-financeiros.

- Em 1935 é integrada na LCGG por decreto de 1935 a Comissão dos Padrões da GG.
- Em 1936 é tomada a decisão pelos órgãos sociais da Junta Patriótica do Norte e pela Cruzada das Mulheres Portuguesas da sua integração na LCGG.
- Em 1938 é oficializada em Decreto essa integração da JPN e da CMP passando a LCGG a ter responsabilidade moral e material de continuar as suas missões.
- A LCGG aumenta assim a sua responsabilidade e implantação nacional.
- Herda os valores morais e materiais.
- Herda os valores morais e materiais.
- Herda duas Torres Espadas, Valor, Lealdade e Mérito.
- Em 1939, é mesmo reconhecido oficialmente ser uma Instituição de Utilidade Pública Administrativa.

Em 1939 tem já 131 Núcleos. Mais 44 Núcleos que em 1934, (87 Núcleos e 24851 sócios) antes da integração e mais 56 do que na Fundação. A situação mantém-se. Passados mais 20 anos no ano de 1961 e seguintes vê a sua dimensão estender-se aos territórios ultramarinos, aumentando o seu património, mas mantendo os seus núcleos entre os 87 Núcleos em 1964 e 101 em 1969.

Durante o novo conflito no Ultramar de 1061 a 1974 foram colocados novos desafios à Liga dos Combatentes da GG, com novos problemas de saúde e de apoio social a surgirem. Mutilados, cegos, stressados, exigiram novos esforços à Instituição.

A partir de 1960 e com o aparecimento de novos combatentes e o desaparecimento de grande parte dos combatentes da GG a Liga assume a nova Designação de Liga dos Combatentes, tornando-se muito mais abrangente no seu universo e na hipótese da sua perenidade.

PERÍODO DE APAGAMENTO E ESQUECIMENTO (1974-2004) – 30 ANOS

O 25 de Abril, porém, primeiro com a descolonização e a entrega do património da Liga aos novos países e o encerramento de Núcleos; depois com a ideia do Congresso dos Combatentes no Porto e um certo desfasamento do que se estaria a passar no País, e finalmente com um novo poder político contra a Guerra do Ultramar e que ao longo de anos ignorou os Combatentes do Ultramar, e os que tiveram de fazer a Guerra, conduziram a um definhamento da Liga dos Combatentes nas suas missões estatutárias.

Em 1975 cai para 53 o número de núcleos da Liga, ano em que são desativados 25 Núcleos.

Como afloramentos positivos desse longo período de 30 anos registo:

Em primeiro lugar um fenómeno social que conduziu em 1978, ao aumento muito significativo de sócios. 24411 em 1975 e 43711 em 1978, em virtude de, admite-se, se ter permitido o acesso aos supermercados militares aos sócios da Liga numa altura em que era possível adquirir ali os produtos mais baratos. A redução também foi significativa quando isso deixou de ter qualquer vantagem.

Outro momento alto a construção do Monumento aos Combatentes do Ultramar em Belém, Bem como a colocação das lápides com os nomes dos caídos no ultramar. Nesses 30 anos construíram-se alguns monumentos, mas apenas 52 monumentos em todo o país. Entretanto, os Núcleos existentes em 1972 (93 Núcleos), vieram-se reduzidos em 2004 a 63 Núcleos.

Por outro lado, após o 25 de Abril, deficientes combatentes organizam-se no âmbito do PREC, afastam-se da Liga dos Combatentes e criavam a Associação de Deficientes das Forças Armadas (ADFA), surgindo ainda outras associações de combatentes, algumas com orientações políticas.

A Liga dos Combatentes enfraquece materialmente, mas não espiritualmente e mantém-se a única instituição de real apoio aos combatentes a nível nacional.

PERÍODO DE REABILITAÇÃO E REJUVENESCIMENTO (2004 AOS NOSSOS DIAS)

Assumimos a Presidência da LC com 63 Núcleos sem Núcleos no Estrangeiro. Hoje temos 114 Núcleos dos quais 12 no Estrangeiro. Mais 51 Núcleos do que em 2004 e mais 39 Núcleos do que na Fundação da Liga. Nunca a Liga terá atingido este Número de Núcleos ou de Sócios, 68.000 sócios, com 181.000 cartões de sócios passados em 2017 contra 149000 passados até 2003. A Liga dos Combatentes saiu de uma pequena empresa a esmorecer, e é hoje uma média empresa sociocultural a crescer.

Se em 2004 a Liga dos Combatentes tinha 2 grandes áreas de atuação, a Direção Central e os Núcleos, hoje em 2017, a Liga dos Combatentes tem materializado fortemente, uma terceira dimensão: AS ESTRUTURAS SÓCIO-CULTURAIS:

- As residências de apoio à idade de ouro, no Porto e em Estremoz
- O jardim-de-infância e a creche no Porto
- Os 10 centros de apoio médico psicológico e social
- Os Museus do Combatente em Belém, das Oferendas na Batalha, Museu da Sede da Liga em Lisboa, do Núcleo do Porto, do Núcleo de Coimbra e de mais Núcleos Museológicos dos diferentes Núcleos, a Capela e o Memorial em Belém.

Estas estruturas socioculturais materializam no terreno a aplicação da verdadeira missão da Liga dos Combatentes, ou seja, a promoção dos valores e a prática da solidariedade.

Resultam da definição de 6 Programas Estratégicos e Estruturantes que permitiram criar objetivos a longo prazo que veem sendo sucessivamente desenvolvidos.

O Programa Fim do Império com a coleção Fim do Império materializa outra ação cultural permanente.

EM SÍNTESE:

2004 -2017

- 1 – Núcleos: 63 - 114
- 2 - Sócios (cartões emitidos): 149.000 - 181.000
- 3 - Monumentos erguidos: 52 - 330
- 4 - Núcleos no estrangeiro: 0 - 12
- 5 – Dirigentes: 350 - 650
- 6 – Funcionários: 31 - 146
- 7 - Residências seniores: 0 - 2
- 8 – Creches: 0 - 1
- 9 - Jardim de Infância: 0 - 1
- 10 - Talhões
- 11 - Ossários
- 12 – Capelas: 1 - 2
- 13 – Memoriais: 2 - 3

Significativo é também a execução do Programa Estruturante Passagem do Testemunho, verificando-se que cerca de 50% dos Núcleos tem já dirigentes que participaram nas Operações de Paz e Humanitárias, garantindo assim a continuação da perenidade da Liga dos Combatentes.

Nós, Liga dos Combatentes, herdeiros dos valores morais e materiais de uma História e de uma Tradição patriótica, humanista e cosmopolita, escrita pelos Homens-Soldados com suor e sangue português na lama europeia da Flandres e nas florestas e capins de Angola e Moçambique, continuamos a afirmar no centenário daquele holocausto e a testemunhar dizendo em voz forte: A Liga dos Combatentes não esquece nem esquecerá.

E a estrada da História marcou-nos, geração do fim do século XX, com fenómeno semelhante atirando-nos para terras africanas à procura da forma de melhor defender os interesses vitais do país, com os sacrifícios e o sangue que só a Pátria tem direito de exigir.

Hoje, somos conhecedores da misericórdia, solidariedade, apoio mútuo que ao longo de quase um século, a Liga dos Combatentes vem garantido a combatentes deficientes, traumatizados, idosos, carenciados, excluídos socialmente incluindo suas famílias, numa ação complementar dos deveres do Estado, sem nunca ter fechado as suas portas.

Isto permite-nos gritar bem alto, àqueles que se batem hoje fora das fronteiras do país, na defesa dos interesses nacionais, que vale a pena respirar o ar do dever cumprido. E se algum dia, após o regresso, a vida os trair, sabem que existe uma Instituição Perene que os apoia hoje e apoiará no futuro.

O Passado, o Presente e o Futuro, trilogia da Vida conjugam-se na Liga dos Combatentes, desde a Primeira República aos nossos dias, sempre da mesma forma:

- Promoção dos Valores;
- Prática da Solidariedade;
- Permanente defesa dos direitos e deveres do Combatente português.
- Promoção da Paz e Segurança.

Esta filosofia e princípios reafirmamo-los hoje na evocação do centenário da Grande Guerra.

Nos 114 Núcleos existentes, a Liga dos Combatentes apoia diariamente os combatentes no esclarecimento e encaminhamento quer de assuntos de carácter militar do seu interesse, quer no apoio e resolução de problemas de carácter social e da saúde, não esquecendo a cultura, o ensino, o trabalho, o lazer, em quatro palavras, os Valores, a Solidariedade e o Apoio Mútuo.

Gostaria de ver melhor reconhecida essa capacidade de resposta e de economia de meios que é intrínseca à Liga dos Combatentes. Sobre as suas atuais atividades permitam-me que fale mais de resultados do que de problemas e transmita a convicção e determinação de que ultrapassaremos as dificuldades que se nos deparam, desenvolvendo os seis Programas Estratégicos e Estruturantes que definimos:

No Programa Liga Solidária, inaugurámos um Complexo Social na cidade do Porto por adaptação do Lar dos Filhos dos Combatentes, com uma residência para seniores, um infantário e uma creche e construímos a Residência S. Nuno de Santa Maria na cidade de Estremoz

No Programa Conservação das Memórias, para dignificação do lugar onde se encontram inumados militares portugueses em todo o mundo, iniciámos o programa pela Guiné Bissau, efetuando cinco operações, criando um ossário em Bissau e dignificando ali o cemitério, efetuando trasladações para Portugal a pedido das famílias. Seguiu-se Moçambique com sete operações e a constituição de um ossário em Nampula. Efetuámos igualmente ações em Richebourg e Boulogne-sur-Mer, em S. Tomé e Cabo Verde.

A recuperação e manutenção das três centenas de talhões existentes em Portugal, incluindo a cripta do Alto de S. João, completaram um trabalho permanente de um programa exigente e sem fim.

No Programa Cuidados de Saúde materializámos a criação de dez de Centros de Apoio Médico Psicológico e Social no país para apoio à saúde e apoio social dos combatentes e famílias, nomeadamente no apoio ao stress pós-traumático.

Damos relevo ao Protocolo estabelecido com a Ordem Nacional dos Psicólogos e ao aumento das necessidades de apoio à deficiência física e mental e apoio social, sem meios necessários e suficientes, havendo que reduzir despesas e apoios.

No Programa Cultura Cidadania e espírito de Defesa para além dos prémios escolares atribuídos a alunos dos estabelecimentos de ensino militar que se distinguiram nestes âmbitos, assinalo as dezenas exposições levadas a efeito no Museu do Combatente bem como as centenas de exposições organizadas pela DC com acervo próprio, em apoio dos núcleos e em cooperação com as autarquias.

No âmbito do estudo e investigação da guerra do ultramar a continuação da Tertúlia Fim do Império com já 170 sessões e a edição de 29 livros da Coleção com o mesmo nome, em colaboração com a Comissão de História Militar e a Câmara Municipal de Oeiras.

No que se refere ao Programa Modernização e Inovação sublinho a continuação do esforço de dignificação das instalações dos Núcleos e a sua informatização.

Finalmente no Programa Passagem do Testemunho, procurámos, com os Ramos das Forças Armadas e as Forças de Segurança, divulgar os nossos objetivos, verificando-se na prática resultados positivos que se evidenciam pela existência de elementos jovens na Direção de cinquenta por cento núcleos da Liga.

Minhas senhoras e meus Senhores

Somos uma instituição transversal da sociedade portuguesa. Temos membros que vão do sem-abrigo a sua Exa o Presidente da República, do carpinteiro ao engenheiro, do soldado ao general, do agricultor ao empresário. Somos, pois, uma instituição complexa onde convergem todas as sensibilidades da sociedade portuguesa. Vivemos e sentimos por isso os problemas que afetam as pessoas e a sociedade em geral. O seu bem-estar é o nosso bem-estar. A sua tristeza é a nossa tristeza. E com as suas vivências que nos debatemos dia a dia, como qualquer cidadão ou organização nacional.

O que nos suporta enquanto Instituição e nos transforma num conjunto coeso e determinado, integrador de todas as sensibilidades, é essa massa aglutinante dos Valores Superiores porque um dia nos batemos e a Solidariedade e o Apoio Mútuo que há cerca de um século praticamos. Enfim, essa eficiente mística, estratégica e taticamente articulada, que resulta da condição de termos sido militares, parte das nossas vidas, ao serviço das Forças Armadas portuguesas.

No nosso caso, combatentes em momentos históricos da vida de Portugal. Temos por isso moral para afirmar que, nas crises como na guerra, é preciso coragem e determinação para vencer, mas as vitórias só terão o seu real valor, se o nosso comportamento for exemplar e a ação, quer estratégica quer tática, conduzida da forma mais humana possível.

CICLOS DE VIDA DA LIGA NA SUA RELAÇÃO COM O PODER POLÍTICO.

A Liga dos Combatentes nasceu por iniciativa de combatentes e organizou-se democraticamente numa primeira fase da sua vida, elegendo os seus dirigentes.

Numa segunda fase, com o nascimento do Estado Novo, a Liga com a tutela do Governo passa a ver nomeado e não eleito o seu Presidente, o que sucede até 1974.

A partir desta data, embora sob tutela do Ministério da Defesa Nacional, a Liga dos Combatentes volta a organizar-se democraticamente, sendo os seus dirigentes eleitos pelos sócios.

Se na segunda fase (1926-1974) – 48 anos – o poder político procurou esquecer a Grande Guerra, fenómeno idêntico se passaria após 1974 em que o poder político procurou esquecer a Guerra do Ultramar.

Nestes três ciclos de vida na relação com o poder político, porém, a Liga dos Combatentes teve sempre algum apoio do Estado através do Ministério da Defesa Nacional e desde a sua criação fosse qual fosse o Governo do País, nunca fechou as suas portas e cumpriu a sua missão.

Somos uma instituição do Passado, do Presente e do Futuro.
Somos fiéis ao nosso novo grito:

Liga dos Combatentes?! Valores Permanentes!
Liga dos Combatentes?! Em todas as Frentes!

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA LIGA DOS COMBATENTES EM DOBOJ-BOSNIA HERZEGOVINA

23 de maio de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Your Excellency the President of Bosnia Herzegovina, Mr. Mladen Ivanic

Mr. Mayor of Doboj Obren Petrovic

Authorities

Ladies and gentlemen

Paratroopers

Today's day is in the Portuguese Armed Forces, the paratrooper's festive day. Sixty one years ago, on May 23, 1956 an elite unit of the Portuguese Armed Forces was born in Portugal: The Paratroopers.

Today, in the center of Portugal, a pilgrimage of green berets meets once more, celebrating the military feats of these men, at the service of Portugal, in the world and simultaneously evoking the ones, that have fallen and that the paratroopers never leave behind. A year ago, the Mayor of Doboj, Mr. ObrenPetrovic visited Portugal, the county of Vila Nova da Barquinha, represented here by Vice-President Mr. Rui Casimiro, and the parachute units stationed in Tancos, here represented by current and former paratrooper's military officers, who have served here in Bosnia and Herzegovina.

There, can you, Mr. Mayor Petrovic, relive the origin of the Green Berets that in 1996 acted in your country and which you have excellent memories of the services then provided.

This gratitude has materialized in the commitment of a closer relationship in the defense of values and culture among our peoples, namely in the conservation of this monument that must be kept alive in the memory of all.

At that time, the President Petrovic signed a protocol of cooperation within League of Combatants of Portugal, establishing commitments therein that has been fulfilled, among which is inscribed this our visit today.

That is why I am here today, representing the Combatants of Portugal, not only evoking the day of the Portuguese paratroopers in Bosnia and Herzegovina, but also the excellent relations resulting from their performance in this geographical area, but above all, honouring the three paratroopers soldiers and two other unit who lost their lives, has been precisely 21 years

Francisco Ressureição Barradas, 1º Cabo - 3º BIPARA/BAI/FOR, 1996

Ricardo Borges Souto, Sold - 3º BIPARA/BAI/FOR - 1996

Ricardo Pombo Valério, Sold - 3º BIPARA/BAI/SFOR, 2004

Alcino Lázaro Mouta, 1º Cabo - DAS/BAI/FOR, 1996

Rui Reis Tavares, 1º Cabo - DAS/BAI/FOR, 1996

In Portugal, and in the world, there are about one hundred monuments evoking the Great War (1914-1918) and about three hundred evoking the war of the overseas (1961-1974).

The Bosnia and Herzegovina Monument is the first monument erected by Portugal in honour of the Portuguese combatants of peace and humanitarian operations.

The League of Combatants is responsible for guaranteeing that monuments to combatants are guaranteed their dignity and that they are not destined to the different destiny for which they were erected.

We are hopeful that a nucleus of League of Combatants here will be created and can help us cooperate with Dobož Camara in view of these propose.

I congratulate for this, not only the parachute troops, but the high entities here present, for having created the conditions, so that this moment could have happened, assuming that the dignity of this space will be guaranteed and that will not be given to another destiny than the propose last for which it was erected.

Our deep honors who have fallen here, in the service of Portugal and Bosnia Herzegovina. The day of blue barrets of the United Nations, is recommended to be evoked worldwide on May 29. This will happen in Portugal at the initiative of the League of Combatants and the World Federation of Former Combatants (WFFC). One again this men fallen in Bosnia and Herzegovina will be with us, during the ceremonies em Lisbon.

We thank you once again for your consideration, Mr. President of Bosnia and Herzegovina, Mr. Mladen Ivanic has honored us and dignified us with your presence, a symbol of respect and consideration for the Portuguese Armed Forces represented here by their paratroopers and by myself.

I finish with the motto of Portuguese Paratroopers and that we can read in their flag:

«Honor the country who has such people»

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

PALAVRAS DO PRESIDENTE DA LIGA DOS COMBATENTES NO COLÓQUIO, NOVAS MUSEOLOGIAS COIMBRA

26 de maio de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Major-general Aníbal Flambó (Diretor DHCM)
Exmo. Senhor Brigadeiro-general Xavier de Sousa (Cmdt da Brig Ind)
Exmo. Senhor Prof Dr. José Pedro Paiva (Diretor da FLUC)
Exmo. Senhor Coronel Paulino (Presidente do Núcleo de Coimbra da LC)
Minhas Senhoras e Meus Senhores

Em primeiro lugar gostaria de felicitar os organizadores deste colóquio pela excelente iniciativa de trazer a universidade à palavra e à organização da museologia militar.

A museologia militar sai da capital e de casa, mostra-se e alarga-se a outros públicos, comunidades, nomeadamente à universidade. Esse facto justifica plenamente o título dado a este colóquio de Novas Museologias. Enquadra-se por isso este colóquio nesse Movimento iniciado em França nos anos 70 do séc. passado.

Movimento que preconiza através dos Museus proporcionar um acesso mais alargado à cultura, abrindo, transformando e democratizando a fechada instituição dos Museus, no nosso caso concreto dos Museus Militares, numa instituição aberta a diversos públicos e participativa.

É afinal a definição do papel social dos Museus, a valorização do património e o envolvimento dos diversos públicos e dos seus interesses no processo de participação.

Daí a diversidade de parceiros hoje existentes aparecendo a preservação do património cultural como um dever partilhado entre instituições a ele ligadas diretamente ou envolvimento de ONG ou outros grupos privados.

Este envolvimento é bem expresso pela UNESCO, na Convenção Quadro do Conselho da Europa relativa ao valor do Património Cultural para a sociedade (2005).

Permitam-me que estando eu aqui usando da palavra, abrindo o Colóquio, como Presidente da Liga dos Combatentes, de certo modo uma ONG, e estando no programa apenas uma ligeira referência a um espólio do Núcleo Museológico de Coimbra, ele parte do Museu da Liga dos Combatentes, eu aplique desde já o conceito de Novas Museologias que acabo de referir e introduza numa síntese muito rápida o Museu da Liga dos Combatentes neste colóquio, apelando desde já a que ele seja considerado família directa dos Museus Militares, a ser considerado, como tal, no futuro.

De facto, os Estatutos da Liga dos Combatentes estabelecem que nos 9 vogais da sua Direção Central um deles é designado Diretor do Museu. E porquê este preciosismo de designar um vogal como Diretor do Museu, facto que não sucede com nenhum dos outros.

Apenas pela sua importância, na organização. Os Museus preservam a cultura e materializam as memórias. A conservação das memórias e a evocação dos valores é uma das nossas prioridades.

Ora o Museu da Liga dos Combatentes é composto por diversos Núcleos Museológicos espalhados pelo país, nomeadamente:

- Museu do Combatente, em Belém;
- Museu das Oferendas, na Batalha;
- Museu da Sede da Liga, em Lisboa;
- Museu do Núcleo do Porto.

O Museu do Núcleo de Coimbra- que hoje aqui estará presente discursando sobre o espólio fotográfico do Batalhão 23 na Grande Guerra. E para não ser exaustivo, diferentes núcleos museológicos existentes na maior parte dos 114 Núcleos da Liga dos Combatentes, onde são feitas centenas de exposições por ano.

A título de referência dir-vos-ei que o nosso espólio referente à Grande Guerra e Guerra do Ultramar tem sido frequentemente solicitado pelo Museu da Presidência da República, da Assembleia das República, da Fundação Calouste Gulbenkian, dos ramos das Forças Armadas, entre outras instituições, nomeadamente Câmaras Municipais espalhadas pelo país.

O Museu da Liga dos Combatentes é um excelente exemplo de participação popular e de diversos intervenientes na sua constituição, sendo o Museu de Oferendas e o Museu do Combatente disso exemplos reais.

O primeiro como o nome bem indica, porque resultou de oferendas diversas, de empresas, associações nacionais e estrangeiras, das escolas e da população em geral, nos primeiros anos após a Grande Guerra, e o segundo pela forma como aborda, com início em 2003, três momentos de participação portuguesa em conflitos do séc. XX e XXI, Grande Guerra, Guerra do Ultramar e Operações de Paz, ambos abertos ao público com milhares de visitas ao ano.

A atividade desenvolvida no interior e exterior do Museu do Combatente é única, integrando-se, como os outros, no Programa Estratégico e Estruturante Cultura Cidadania e Defesa.

Ali anualmente se invoca em cerimónia pública e com as mais altas entidades, o Armistício, ali se evocará no próximo dia 29 de maio o Dia dos Capacetes Azuis, estabelecido pela ONU e apoiado pela Federação Mundial dos Antigos Combatentes e a honrosa presença de chefes militares havendo conferências de elementos participantes nas operações de Paz.

O Museu da Liga dos Combatentes, com os seus Núcleos Museológicos, preserva a cultura militar, é um Museu vivo, plural, diversificado, que merece reconhecimento entre os seus pares e apoios das entidades responsáveis pela preservação da cultura.

Se ao Museu juntarmos o património que conservamos, a centena de talhões e centena de ossários, com milhares de combatentes inumados, no país e no estrangeiro e as quatro centenas e meia de monumentos evocativos da Grande Guerra (100) e da Guerra do Ultramar (350) estamos a falar de um património cultural de interesse verdadeiramente nacional que importa reconhecer e divulgar, em termos nacionais e internacionais. Uma verdadeira Nova Museologia: “A Liga dos Combatentes e a nossa Memória Coletiva.

Um verdadeiro alerta ao Turismo Militar e ao interesse da Liga dos Combatentes nele participar apoiadamente.

Por isso entendi dever aqui deixar este testemunho e este desafio de integração, apresentando-nos como uma organização integrada no movimento e conceito das novas museologias que hoje é título e tema deste colóquio.

Termino felicitando a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e o seu Centro de História Sociedade e Cultura, bem como o Museu Militar dos Açores e todas as entidades apoiantes e como é natural a Brigada de Intervenção ao receber este evento.

Desejo uma profícua e proveitosa jornada declarando aberto o presente colóquio, onde teremos a oportunidade de apreciar a riqueza da organização e do variado património museológico e cultural militar.

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

CEM ANOS DE SOLIDARIEDADE, HONRANDO UM COMPROMISSO

25 de junho de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor SEDN Dr. Marcos Perestrello, o nosso sentido agradecimento pela sua presença, num dia de alto significado para a Liga dos Combatentes e para esta casa, habituada ao longo da sua história a visitas das mais altas individualidades nacionais e estrangeiras.

Mas hoje é um marco histórico que só as grandes instituições atingem e V^a Exa acompanha-nos neste momento de evocação e regozijo. Estamos por isso agradecidos pela adaptação que teve que fazer à sua agenda, para estar connosco.

Exmas. Altas Entidades presentes em representação do General CEME, do Almirante CEM da Armada e Diretor Nacional da PSP; Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cedofeita; Senhores generais e senhores Coronéis; Senhor Presidente da Associação dos Amigos das Forças Armadas; Senhor Diretor do Complexo Social Nossa Senhora da Paz; Senhores Membros da Direção Central e Presidentes dos Núcleos da Liga dos Combatentes;

Antigas Alunas

Ilustres convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Hoje evocamos cem anos de solidariedade de uma instituição centenária, a Liga dos Combatentes, na sua verdadeira versão histórica herdada da Junta Patriótica do Norte e da Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

Honramos hoje a memória de todos os que Fundaram e os que por aqui passaram, dirigentes, funcionários e alunos, dando vida a um projeto institucional vitalício de solidariedade. Solidariedade de duplo sentido: o dar e o receber.

Na sua vivência mais recente, como acontece a todas as organizações vivas há momentos do ciclo da sua história em que se não conseguem adaptar ao evoluir das circunstâncias da sociedade em que estão inseridas, pelas razões mais diversas, normalmente por falta de meios financeiros.

Quem aqui entrasse como nós entrámos há uma dúzia de anos, encontraria como nós encontrámos, uma Direção num esforço gigantesco de sobrevivência e colocando anualmente à Direção Central um deficit incombustível.

O dormitório de alunas do ensino secundários de efetivo reduzido e o aluguer de alguns quartos, não obstante a decisão de receber alunos do sexo masculino, não conduziu aos resultados desejados, nem financeiros nem estatutários.

A decisão então tomada de reabilitação do espaço de acordo com a redefinição atualizada da finalidade última da instituição, permitiu estarmos hoje evocando um centenário, de uma forma que nos honra, enche de orgulho e tranquiliza quanto ao futuro.

Começámos por reabilitar uma escola abandonada e degradada e criar uma creche, trazendo ao interior desta casa, os gritos que aqui se ouviram durante anos após a sua criação para apoio das crianças órfãos de guerra. Creche hoje a funcionar a cem por cento, há seis anos.

Passámos ao edifício principal, onde demos destino a caves desaproveitadas, transformámos as camaratas e as casas de banho comuns em quartos simples, duplos e triplos com casa de banho privativa. Colocámos um elevador. Recuperamos a cobertura, as varandas e o exterior do edifício. Transformámos um telheiro em lavandaria. Reabilitámos o portão de entrada e anexos. Enfim materializámos a finalidade do Programa Estratégico e Estruturante Liga Solidaria e apoiamos hoje a idade de ouro de combatentes e famílias desde 2015.

Seguiu-se a recuperação e adaptação de um espaço sem utilização, para instalação de um jardim-de-infância dando assim possibilidade aos alunos da creche de continuarem connosco, o qual se encontra em funcionamento desde há um ano.

Recuperámos a Capela de Nossa Senhora da Paz e Continuámos obras de recuperação de alguns espaços que pensamos em breve colocar à disposição dos sócios.

O que se acaba de assinalar, demorou anos a concretizar. Foi realizado por fases. Atingimos os objetivos a que nos propusemos. Garantimos o cumprimento de um compromisso. Para com a Junta Patriótica do Norte. Manter viva esta obra.

Com apoio do MDN, de reservas financeiras da Direção Central e apoio de sócios, núcleos e beneméritos, através do programa que denominamos de “Um euro um Lar”, foi possível ao longo destes anos reunir e investir 2 milhões de euros e chegarmos aqui.

Sentido do dever estatutário, determinação, trabalho, muito trabalho, paciência, espírito de equipa, continuidade e perseverança quer da Direção do Complexo Social, quer da Direção Central, trazem-nos hoje de cabeça bem levantada e orgulhosos a evocar os nossos antepassados e a homenagear os que nos antecederam e nos trouxeram até aqui uma verdadeira instituição de que hoje podemos continuar a usufruir, servindo o país e os nossos membros.

O Complexo Social Nossa Senhora da Paz que se encontra em funcionamento nas suas três vertentes, praticamente a cem por cento, evoca o seu centenário com confiança total no sucesso alcançado e no futuro.

Consideramos que este complexo social, instalado em espaço aprazível único, proporcionando uma convivência inter-geracional salutar, pode ser apontado como um caso de sucesso e exemplo no âmbito alargado do apoio social.

Cumprimos todas as exigências regulamentares nacionais.

Vencemos as exigências da transformação e modernização das infraestruturas.

Vencemos as exigências de garantia do funcionamento equilibrado.

Vencemos as dúvidas e as resistências que se levantam a qualquer tentativa de mudança e inovação.

Hoje é dia de festejarmos Vitórias. Vitórias do Presente e Vitória de vida centenária.

Conjuntamente com a residência de S. Nuno De Santa Maria, em Estremoz, acabada de inaugurar e igualmente a funcionar a cem por cento de ocupação, se exigem da Liga dos Combatentes uma nova preocupação, criam uma nova dimensão com estas Estruturas Sociais que completam e enriquecem o cumprimento da missão estatutária da Liga.

Uma palavra de apreço à toda a Direção Central que em reuniões semanais decidiu e acompanhou em permanência o evoluir da situação durante anos, acreditando sempre.

Uma palavra especial ao arquiteto Varandas dos Santos que acompanhou a obra. À Direção do Lar dos Filhos dos Combatentes, hoje Complexo Social, em especial ao seu Presidente Coronel Barbosa Pinto que no terreno executou o planeamento e foi dando vida a este espaço. O presidente da liga agradece profundamente. Uma palavra de apreço para os dirigentes que orientam a Residência, a Creche e o Jardim-de-infância.

Aos trinta novos funcionários que aqui trabalham. Às antigas alunas que aqui vieram hoje celebrar e matar saudades de velhos tempos e se devem sentir satisfeitas com o que veem, os meus agradecimentos por estarem presentes e terem vindo abrilhantar este momento único de festejar um centenário. Aos CTT o nosso agradecimento por, em tempo curto, nos materializar a solicitação feita do inteiro postal e assim ajudarem a perdurar esta efeméride, completado, completado com o opusculo que distribuimos.

Hoje, termino afirmando à Junta Patriótica do Norte que em 1917 criou a Casa dos Filhos dos Soldados e em 1936 confiou à Liga dos Combatentes o seu legado material e espiritual, que não o fez em vão e que aqui estamos cem anos depois, orgulhosos da nossa história, da nossa obra e acreditando tranquilamente no futuro.

*Liga dos Combatentes! Valores Permanentes!
Liga dos Combatentes! Em todas as Frentes!*

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general

99.º ANIVERSÁRIO DO DIA DO ARMISTÍCIO DA GRANDE GUERRA, 43.º ANIVERSÁRIO DO FIM DA GUERRA DO ULTRAMAR, 96.º ANIVERSÁRIO DA FUNDAÇÃO DA LIGA DOS COMBATENTES E EVOCAÇÃO DO CENTENÁRIO DA GRANDE GUERRA

11 de novembro de 2017

JOAQUIM CHITO RODRIGUES, TENENTE-GENERAL

Exmo. Senhor Presidente da República, Professor Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, Comandante Supremo das Forças Armadas e Presidente de Honra do Conselho Supremo da Liga dos Combatentes

Excelência

Dá-nos V.ª Exª a honra de presidir, mais uma vez, a uma cerimónia da Liga dos Combatentes.

Permita que transmita a V.ª Exª o sentimento de regozijo por reconhecermos ter connosco não só o Presidente de todos os Combatentes, mas igualmente um verdadeiro Presidente de todos os portugueses. Num momento bem recente em que V.ª Exª enunciou várias fragilidades resultantes das tragédias, fragilidades que o país tem que resolver, testemunho a V. Exª o pesar de todos os Combatentes e a garantia de que pode contar quer individualmente, quer como instituição, no apoio à resolução dos objetivos que definiu.

Exmo. Senhor Ministro da Defesa Nacional; Exmo. Senhor General Chefe de Estado-Maior General das Forças Armadas; Exmo. Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional; Exmo. Senhor Vice-Presidente da Comissão de Defesa Nacional em representação do Presidente e Deputados à Assembleia da República; Exmo. Senhor General CEME; Exmo. Senhor Almirante CEMA; Exmo. Senhor Vice CEMFA em representação do Senhor General CEMFA; Exmo. Senhor representante do General Comandante da GNR; Exmo. Senhor representante do Diretor Nacional da PSP; Exmos. Senhores Generais, Almirantes e Altas Entidades nacionais e estrangeiras, civis militares e religiosos que nos dão a honra da vossa presença.

Em meu nome pessoal e da Instituição, a que presido, agradeço a presença de V. Exas e a compreensão e os apoios que nos têm sido concedidos.

Ilustres Convidados, militares em Guarda de Honra, Porta Guiões, Combatentes e Exmas. famílias

Minhas senhoras e meus senhores.

Não é por ser tradição que nos reunimos mais uma vez neste simbólico lugar. É por devoção e para evocação neste histórico dia do valor da Paz e do valor dos atos praticados por militares portugueses das forças armadas e membros das forças de segurança, na defesa pelas armas, dessa mesma Paz, ao serviço da qual muitos caíram para sempre.

O armistício da Grande Guerra e os Acordos de Paz de Versalhes, os Acordos de Paz com os novos países de Angola Moçambique e Guiné, no fim da Guerra do Ultramar e o 96º aniversário do nascimento da fundação nossa Instituição, como promotora dos valores, da solidariedade e da Paz, após a Grande Guerra, são motivos suficientes para essa evocação histórica. Armistício. Arma parada, Cessar-fogo. Suspensão das hostilidades. Suspensão das batalhas. Conflito encerrado sem rendição. Mas não necessariamente acordo de Paz. Por isso necessidade de manter as Forças

Armadas de ambos os lados, disponíveis para facilitar negociações e em última instância retomar as hostilidades caso necessário.

Se o Armistício tem a ver com o calar das armas, logo implicando sobremaneira o controlo e a coordenação do fator militar, o acordo de Paz tem a ver com as condições a acordar para a Paz definitiva e logo implicando sobremaneira o fator político.

Assim aconteceu na Grande Guerra com o Armistício de Erzincan, de que se evoca precisamente o centenário em 5 de dezembro próximo, seguido do Acordo de Paz de 1918 entre a República Socialista Federativa Soviética e as Potências Centrais e assinala a saída da Rússia da Grande Guerra.

Precisamente um ano antes do Armistício de Compiègne, a 11 de novembro de 1918, seguido do Acordo de Paz de Versalhes, seis meses depois, em 28 de junho de 1919, entre os aliados e o Império Alemão.

Dois armistícios, dois Acordos de Paz, separados por meses, o que por vezes demora anos, como acontece com o armistício entre as duas Coreias, conseguido em 1953, que ainda não viram o Acordo de Paz assinado com os inconvenientes óbvios, nos dias de hoje, para a Paz internacional.

E se hoje assinalamos os 99 anos do Armistício e os cem anos da entrada das forças portuguesas nas hostilidades na Flandres, evocamos também os 43 anos do fim da Guerra do Ultramar, sublinhando nomeadamente o dia da independência de Angola.

É então oportuno interrogarmo-nos sobre quais foram os Armistícios que precederam os Acordos de Paz com Angola, Moçambique e Guiné e qual o período que mediou entre eles e se às forças armadas foi dado tempo e condições para se manterem operacionais até que os acordos de paz fossem assinados.

O golpe de estado e a revolução que se seguiu não terão permitido a aplicação destes tempos estratégicos com os resultados dramáticos que se conhecem. Houve Acordos de Paz sem que se tenham criado condições para prévios e seguros armistícios.

Macau foi uma exceção. Não havendo conflito armado, mas havendo igualmente quem defendesse a passagem imediata para a administração Chinesa, levou vinte anos para que a transmissão pacífica se verificasse, com honra para ambas as partes.

Acontece, porém, que os próprios países a quem foi conferida a independência, souberam, face à guerra civil que sofreram, encontrar tempos para os seus armistícios mantendo operacionais as suas forças de parte a parte, enquanto dialogavam, e quer em Angola quer em Moçambique, só depois de estabelecidas as condições e conferidas todas as garantias de segurança e objetivos a atingir por cada uma das partes, foram assinados os Acordos de Paz. E demorou anos de diálogo duro e de conflito para que tal acontecesse.

Exmo. Senhor Presidente da República

Este Forte do Bom Sucesso, este monumento, este memorial conjuntamente com a Torre de Belém evocam 600 anos de História de Portugal Além Atlântico.

Este espaço e este monumento onde anualmente nos reunimos, já ultrapassa hoje, o conceito restrito de Ultramar e situa-se no seu sentido lato e abrangente que o conceito britânico traduz em duas palavras: “overseas” e em francês “outre-mer”.

Com um memorial central dedicado aos combatentes do Ultramar, com 184 lápides e cerca de 10.000 nomes, com uma capela e um memorial com os restos mortais de um soldado anónimo vindo da Guiné, é tudo parte integrante do Museu do Combatente. Materializam o conceito alargado de Ultramar e a homenagem à ação das forças armadas ao serviço de Portugal, bem evidente na primeira placa que à esquerda do memorial tem inscrito: *ao Soldado de Portugal*.

Outras lápides assinalam esse conceito de Ultramar que protagonizado em operações de paz e humanitárias nos dias de hoje pelas forças nacionais destacadas, simbolizam uma constante histórica iniciada em 1415 em D. João I na conquista Ceuta.

Forças Nacionais Destacadas que homenageamos com uma lápide onde infelizmente inscrevemos já vinte nomes de militares caídos ao serviço do país.

Finalmente uma lápide assinala os 50 anos do início da Guerra do Ultramar e hoje Sua Ex^a o Presidente da República descerrará uma lápide, ao lado daquela, evocando o centenário da entrada do CEP (Corpo Expedicionário Português) em operações no teatro europeu na GG (Grande Guerra).

Exmo. Senhor Presidente da República

Minhas senhoras e meus senhores

Hoje, que o Bem que aqui estamos evocando, a Paz, é diariamente interrompido por episódios que evidenciam ameaças de âmbito global;

Uma de baixa intensidade, em termos militares, já em desenvolvimento: o terrorismo;
Outra, de alta intensidade e periculosidade, que ameaça o fim de uma era de Paz pela dissuasão Nuclear;

Permitam-me dar o meu contributo para a paz e segurança relativamente à primeira situação por estar já em curso há anos apresentando grande imprevisibilidade quanto ao lugar de aplicação.

Sem comentários justificativos, enumerarei apenas algumas medidas que considero importantes sejam tomadas. De extraordinária e difícil aplicação, controversas, mas frontais, realistas e de extrema utilidade, pois uma vez interiorizadas e adotadas garantiriam mais tranquilidade, mais paz e segurança.

Enumero assim oito medidas como contributo para a Paz e Segurança, em Portugal e na Europa face à ameaça do terrorismo:

1. Realização de encontros sucessivos dos responsáveis máximos das principais igrejas por forma a acordarem uma ação conjunta que minimize as ações violentas de âmbito religioso e preconize uma verdadeira Estratégia dos Espíritos;
2. Criação, para a juventude, de um sistema integrador de valores da sociedade pelos quais valha a pena lutar, se necessário, com o sacrifício da própria vida. Só um serviço cívico de

tipo militar garante à juventude a transmissão desses valores e o preenchimento do vazio atual;

3. Sem prejuízo das medidas atuais, controlo efetivo das fronteiras nacionais e da União Europeia que permita identificar quem sai e quem entra;
4. Formação e responsabilização individual dos cidadãos no âmbito da Paz e Segurança por forma a constituírem-se em elementos válidos do sistema de segurança nacional;
5. Investimento prioritário nos sistemas dos serviços de informações que garantam a sua eficácia e permitam detetar por antecipação as ameaças;
6. Criação e manutenção de Programas governamentais efetivos contra a fome, a exclusão e o vazio de valores;
7. Ação direta sistemática sobre os prevaricadores conhecidos, por forma a conduzir à sua neutralização definitiva e antecipada quer pelo investimento económico quer quando necessário pela violência.
8. Plano de Concertação Estratégica da Comunicação Social a nível europeu, no âmbito da Paz e Segurança, evitando tornar-se em correia de transmissão e ampliação, úteis aos objetivos do adversário.

Minhas senhoras e meus senhores.

Há 96 anos três combatentes reuniam-se com uma ideia que sendo patriótica e humanitária nunca pensaram que a mesma tivesse o êxito que perdura.

É tradição neste dia, em que nos aproximamos do fim do ano, fazer breves referências ao que de mais significado aconteceu durante o ano em curso, no que à Liga dos Combatentes diz respeito.

Permitam-me que comece por referir uma decisão de Sua Exa. o Presidente da República que muito nos tocou e tocou todos os combatentes: - O facto de V. Exa. ter decretado a Reabilitação Moral do soldado João Ferreira de Almeida, único militar fuzilado durante a Grande Guerra, precisamente no dia do centenário da sua morte.

A decisão de V. Exa. ouvidos o Governo e os Chefes de Estado Maiores, favorável à proposta da Liga dos Combatentes, foi não só um ato que trouxe reconciliação dos combatentes consigo próprios e grande Paz de espírito, como representa a reconciliação de Portugal consigo mesmo, no âmbito dos direitos humanos e das profundas raízes e justificações da real abolição da Pena de morte em Portugal.

Permita-me uma palavra de agradecimento ao Sr. Ministro da Defesa Nacional Dr. Azeredo Lopes pelo empenho colocado na resolução deste problema, de não fácil interpretação jurídica.

Outro momento de grande significado simbólico foi o ocorrido neste espaço no passado dia 29 de maio. Pela primeira vez se realizou uma cerimónia de homenagem aos combatentes das Operações de Paz caídos ao serviço de Portugal e aos vivos que se têm batido em Forças Nacionais Destacadas. O dia 29 de maio é dia dos Capacetes Azuis da ONU. Com representantes de todos os ramos das Forças Armadas e da Liga dos Combatentes e após a colocação de uma coroa de flores

junto à lápide com os seus nomes, seguiu-se uma conferência com a participação de combatentes das Operações de Paz.

Também neste lugar e no respeito por recomendações da ONU que definiu o dia 21 de setembro como o dia Mundial da Paz e de recomendações da Federação Mundial dos Antigos Combatentes, a Liga dos Combatentes e a Associação de Deficientes das Forças Armadas, membros daquela Federação e com o apoio da Câmara Municipal de Lisboa, levaram a efeito a já tradicional Marcha dos Combatentes Pela Paz com centenas de participantes. Foi lida uma mensagem do Presidente da ONU, Dr. António Guterres e colocada uma coroa de Flores no Monumento aos Combatentes.

O Museu do Combatente, pela primeira vez e, o Monumento aos Combatentes do Ultramar, pela segunda vez, receberam os Prémios Tripadvisor 2017, resultantes da excelência da opinião pública, obtida dos seus visitantes.

Sublinho também os 300 atos de evocação do Centenário da Grande Guerra levados a efeito pela Liga dos Combatentes em todo o país e no estrangeiro com conferências, exposições, parcerias e cerimónias entre as quais se situa aquela a que estamos assistindo.

No âmbito do apoio social e da saúde para além do apoio dos Núcleos e dos Centros de Apoio Médico, Psicológico e social a milhares de Combatentes e famílias, saliento a inauguração oficial por Sua Exa. o Secretário de Estado da Defesa Nacional Dr. Marcos Perestrello da Residência S. Nuno de Santa Maria na cidade de Estremoz, hoje funcionando a cem por cento.

De relevo igualmente a evocação do Centenário da Casa dos Filhos dos Soldados com a presença do Senhor Secretário de Estado da Defesa Nacional, no que é hoje o Complexo Social Nossa Senhora da Paz, no Porto, com uma residência para idosos, uma creche e um jardim-de-infância, materializando uma verdadeira estrutura de apoio intergeracional.

Temos esperança que V.^a Ex.^a Senhor Presidente da República, um dia possa visitar estas duas estruturas Sociais no Porto e em Estremoz, que nos honram e dignificam pelo serviço que estão prestando ao país e aos combatentes e famílias.

Alguns aspetos, porém, foram vividos no corrente ano como factos negativos. Hoje saliento dois.

Como fator negativo do ano, continua a ser a aplicação à Liga dos Combatentes do Princípio da Onerosidade, o que todos os órgãos sociais da Liga dos Combatentes, enquanto instituição promotora da Cultura, do Ensino, da Saúde e da Solidariedade, isentas por Lei, consideram injusto, imoral, ilegal e in cumprível.

Dos 120 imóveis da Liga dos Combatentes, há seis, cedidos pelo Exército há décadas, por protocolo, nomeadamente o que temos à nossa frente, pelos quais os Governos de Portugal através do Ministério das Finanças faturaram nos últimos três anos à Liga, cerca de um milhão de euros de renda, a que corresponderia um aumento de 50% porque não pagámos. Não pagámos porque não podemos pagar.

Como fator negativo de vários anos sou moralmente obrigado a assinalar um sentimento de frustração generalizado dos combatentes. A lei 3/2009, conhecida pela “Lei das Tretas”, em vigor há oito anos, que fez a alteração da Lei 9/2002, transformou, segundo eles, em “esmola” o chamado Complemento de Pensão sobre o qual se fez recair o IRS.

Julgámos que, no mínimo, a reposição da Lei 9/2002 que vigorou durante sete anos, ou outra solução semelhante, seria justo e bem aceite pelos milhares de combatentes e famílias, e evitaria as permanentes tomadas de posição, sucessivas exposições e outras atitudes permanentes mais ou menos abertas, de Combatentes e Grupos de Combatentes, que se revelam inconformados e descontentes com a sua própria Pátria.

Exmo. Senhor Presidente da República
Excelência

A Liga dos Combatentes e os Combatentes ficar-lhe-iam gratos se V. Exa. Inscrevesse estes dois pontos na sua pesada agenda de atenções.

Exmo. Senhor Presidente da República
Excelência

Minhas senhoras e meus senhores

Não podendo nem devendo alongar-me mais neste dia de evocação de Armistícios e da Paz, termino buscando inspiração no Hino do Exército com letra de Adolfo Muller quando afirma:

*Iremos até onde a Pátria for
E seja em Paz ou seja em guerra
Que este clamor
Vibre imortal
De mar em mar
De serra em serra
Portugal ! Portugal ! Portugal!*

Eu direi com plena convicção do que afirmo e em nome de todos os Combatentes que dirijo e represento:

*E fomos até onde a Pátria quis
Quer fosse em Paz, quer fosse em guerra.
Vibrou imortal pelo país
Aquele clamor
De mar em mar
De terra em terra,
Portugal ! Portugal ! Portugal!*

O Presidente da Liga dos Combatentes
Joaquim Chito Rodrigues, Tenente-general